


Unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

DANIEL JÚLIO LOPES SOARES CASSAMA

TÍTULO: Amílcar Cabral e a independência da Guiné-
Bissau e Cabo Verde



ARARAQUARA – S.P.

2014

DANIEL JULIO LOPES SOARES CASSAMA

TÍTULO: Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde

Trabalho de Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Sociedade civil, trabalho e movimentos sociais

Orientador: Prof. Dr. Edmundo Antonio Peggion

Bolsa: CAPES

ARARAQUARA – S.P.
2014

Cassama, Daniel Júlio Lopes Soares
Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde /
Daniel Júlio Lopes Soares Cassama – 2014
92 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e
Letras (Campus de Araraquara)
Orientador: Edmundo Antonio Peggion

1. Guine-Bissau. 2. Cabo Verde.
3. Partido Africano da Independencia da Guine e Cabo Verde.
I. Título.

DANIEL JÚLIO LOPES SOARES CASSAMA

TÍTULO: Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde

Trabalho de Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Linha de pesquisa: sociedade civil, trabalho e movimentos sociais

Orientador: Prof. Dr. Edmundo Antonio Peggion

Bolsa: CAPES

Data da defesa: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Nome e título

Universidade.

Membro Titular: Nome e título

Universidade.

Membro Titular: Nome e título

Universidade.

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

Aos meus pais, José Soares Cassama e Edna Lopes Justado, minha irmãs, ao meu tio Leandro Augusto Monteiro, minha namorada Débora Soares Andrade e minha filha Yasmin. E em especial ao meu querido irmão Mirelio Lopes Soares Cassama (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Edmundo Antonio Peggion, aos meus colegas de turma, ao grupo de Estudos União Africana (UA), e ao professor Dagoberto José Fonseca.

A meus amigos que sempre estiveram comigo, a Débora Soares Andrade pela paciência e apoio, a Ariella Silva Araújo pelo incentivo, a minha irmã Iracema pelos conselhos e incentivos, a minha querida mãe, porque sem ela eu não teria chegado até aqui.

“Se é verdadeiro que o estudo me dá o conhecimento do que ignoro, eu estudarei para conhecer aquilo que me é proibido saber” (SHAKESPEARE 1973).

Resumo

O presente trabalho propõe um estudo referente à independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, processo esse liderado por Amílcar Lopes Cabral. A importância do tema consiste, em primeiro lugar, em perceber os motivos que levaram Amílcar Cabral a integrar-se na luta da libertação nacional, compreender as influências recebidas e a forma como este as integrou na construção e desenvolvimento de estratégias políticas e culturais que visavam uma libertação territorial da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Além disso, visava, também a libertação física e psicológica do homem negro-africano, educado dentro de um sistema colonial. Em segundo lugar contribuir para o preenchimento de vazios significativos no que respeita ao conhecimento da guerra de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Palavras chave: Cabral, Amílcar, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, Guiné –Bissau, Cabo Verde.

ABSTRACT:

This work proposes a study concerning the independence of Guinea-Bissau and Cape Verde, a process led by Amilcar Lopes Cabral. The importance of the theme is, firstly, to realize the reasons that made Amilcar Cabral to integrate the struggle of national liberation, understands the influences received and how it has incorporated in the construction and development of political and cultural strategies aimed at territorial liberation of Guinea-Bissau and Cape Verde. Furthermore, aims also to physical and psychological liberation of the black African man, educated in a colonial system. Secondly, to contribute to filling significant voids with regard to knowledge of the war of liberation in Guinea-Bissau and Cape Verde.

Keywords: Cabral, Amilcar, African Party for Independence of Guinea and Cape Verde, Guinea-Bissau, Cape Verde

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Republica da Guiné Bissau	16
Mapa 2	Republica de Cabo Verde	19
Mapa 3	Republica de Angola	51

SUMARIO

Introdução.....	10
1. Amílcar Cabral: de Guiné-Bissau a Cabo Verde. 1924-1945.....	14
1.1. Guiné-Bissau: Historia e Sociedade.....	15
1.2. Cabo Verde: Historia e Sociedade.....	18
1.3. Amílcar Cabral e as relações familiares.....	20
1.4. O sistema de ensino colonial e as criticas de Amílcar Cabral.....	23
1.5. A fome e os confrontos sociais em Cabo Verde.....	26
1.6. Movimento Claridade em Cabo Verde.....	28
1.7. A poesia de Amílcar Cabral.....	29
2 Agronomia, a Casados Estudantes do Império, e a experiência na Guiné-Bissau e Angola.....	35
2.1 A formação em Lisboa.....	36
2.2 Casa dos Estudantes do Império (CEI).....	37
2.3 Centro de Estudos Africanos.....	40
2.4 Partido Comunista Português (PCP).....	43
2.5 O Engenheiro Agrônomo na Guiné-Bissau.....	45
2.6 A dominação colonial portuguesa na Guiné-Bissau.....	49
2.7 As organizações sociais e culturais na Guiné-Bissau colônia	51
2.8 Amílcar Cabral em Angola.....	53
2.9 Trabalho forçado em Angola.....	55
2.9.1 Trabalho de Amílcar Cabral em Angola.....	57
3 Estratégias políticas e culturais de Amílcar Cabral para a Independencia da Guiné-Bissau e Cabo Verde.....	61
3.1 Fundamentos teóricos do Engenheiro Amílcar Cabra.....	62
3.2 Partido Africano para a independência da Guiné e Cabo Verde.....	66
3.3 Formação de um Estado-nação na Guiné-Bissau e Cabo Verde.....	72
3.4 Pan-africanismo.....	77
3.5 Amílcar Cabral/PAIGC e a Unidade africana.....	80
3.6 A Formação do Homem Novo.....	83
3.7 Considerações Finais.....	86

INTRODUÇÃO

Amílcar Lopes Cabral está associado a uma bem-sucedida luta pela libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, a inovadora tática de guerrilha, e também a uma importante contribuição intelectual.

Em 1956, Amílcar Lopes Cabral fundou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o que representou a consolidação de uma dura batalha clandestina e um marco na história do movimento nacionalista nas colônias portuguesas. A geração que travou a luta contra a colonização portuguesa na Guiné-Bissau e Cabo Verde, seria conhecida como a “geração de Cabral”, em reconhecimento à sua liderança intelectual e estratégia e a o seu empenho pessoal na consolidação dos movimentos unificados.

Em 1969, no Seminário de Quadros do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, Amílcar Lopes Cabral assume e demonstra todo o seu empenho, dedicação e lealdade com a luta de libertação nacional,

“Jurei a mim mesmo que tenho que dar a minha vida, toda a minha energia, toda a minha coragem, toda a capacidade que posso ter como Homem, até ao dia em que morrer, ao serviço do meu povo da Guiné e Cabo Verde. Ao serviço da causa da humanidade, para dar a minha contribuição na medida do possível, para a vida do homem se tornar melhor no mundo. Este é meu trabalho” (CABRAL, 2000, p.13).

Para os seus companheiros de luta e admiradores, a população da Guiné Bissau e Cabo Verde, Amílcar Cabral foi e continua a ser um grande revolucionário e com todo mérito o “pai” da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Na Guiné-Bissau, nasceu de pais cabo-verdianos, foi educado em Cabo Verde, e se formou em Agronomia em Portugal. Viveu os melhores anos de técnico agrícola em Angola e Guiné-Bissau. Amílcar Cabral, sem dúvida teve um percurso único, sedimentado nos tempos difíceis da dominação portuguesa, numa época em que, movimentos intelectuais, idéias políticas e ações culturais procuravam libertar o homem colonizado, do colonialismo e opressão.

É com base nesta descrição que ressaltamos a necessidade de analisar o processo da luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, processo esse liderado por Cabral. É preciso também entender o que foi a colonização portuguesa, apurar como ele

integrou contribuições teóricas como - Marxismo, Leninismo ou Pan-africanismo, que em meados do século XX marcaram as escolhas e práticas dos intelectuais e líderes dos movimentos independentistas africanos.

Iremos procurar estudar, neste trabalho, a forma como Amílcar Cabral, conseguiu estruturar as suas reflexões e aprendizagens, articulando as realidades guineense e cabo-verdiana do século XX. E também tentaremos, perceber as diversas dinâmicas que contribuíram para a construção da sua identidade, o que se traduziu numa dedicação total à luta de libertação da Guiné e Cabo Verde, e também de todo o continente africano.

Para alcançar o objetivo optamos por dividir o nosso trabalho em três capítulos:

Partindo do princípio de que todo o indivíduo é reflexo da sociedade em que vive e do mundo que o envolve, o nosso primeiro capítulo será dedicado ao processo de socialização primário de Amílcar Cabral, processo esse que ocorre durante a infância e a adolescência, onde o indivíduo adquire competências básicas, comportamentos, normas e valores. Neste período de infância e adolescência, a família, a escola, a sociedade cabo-verdiana e guineense colonizada, influenciaram na formação da personalidade de Cabral. Embora seja difícil comprovar a impacto da sociedade guineense na personalidade de Cabral durante a sua infância, no que diz respeito à família, sociedade cabo-verdiana e escola, foram sempre alvos de reflexões constantes nos escritos de Cabral.

O segundo capítulo está marcado por um processo de socialização secundária de Amílcar Cabral, caracterizado pela sua aprendizagem e integração social na fase adulta, onde o grupo de amigos, políticos, teve especial importância. Nesta fase a formação em Portugal e o seu trabalho como engenheiro agrônomo na Guiné-Bissau e Angola foram muito importantes.

Durante o período de formação em Portugal, Cabral teve um contacto mais próximo com o sistema colonizador português, o que lhe deu a oportunidade de adquirir um maior conhecimento sobre o mesmo, e a consequente tomada de consciência da sua própria situação enquanto sujeito colonizado. Ainda teve amizades e cumplicidades principalmente com os outros estudantes africanos vindos das colônias, entre os quais podemos destacar Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade e Eduardo Mondlane (estudou nos EUA, mas permaneceu algum tempo em Portugal). Frequentou a Casa dos Estudantes do Império (CEI), e o Centro de Estudos Africanos, onde teve contacto com

grupos políticos e culturais, tanto nacionais como internacionais. Todos estes fatores condicionaram as futuras decisões de Amílcar Cabral.

A sua volta à África em 1952, nomeadamente a Guiné-Bissau e posteriormente a Angola como engenheiro agrônomo elevaram a um outro nível o seu conhecimento sobre a verdadeira situação dos povos africanos sob domínio colonial português.

No terceiro e último capítulo serão marcadas as estratégias políticas e culturais desenvolvidas por Amílcar Lopes Cabral, para a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

As situações precárias em que viviam as populações dos países colonizados do continente africano, principalmente aqueles sob o domínio português, fizeram crescer em Amílcar Cabral, o sentimento de revolta, indignação e inconformismo, motivando-o a ingressar nos movimentos anticoloniais, e mais tarde a fundar o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Seguiu-se um processo de luta de libertação nacional da Guiné-Bissau e Cabo Verde, com o objetivo de libertar o homem negro africano da política colonizadora. Para Amílcar Cabral, a denúncia do sistema colonizador português não era suficiente para o fim da opressão portuguesa. Daí a construção e desenvolvimento de estratégias políticas e culturais que tivessem como resultado a libertação total do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde, a construção de um novo espaço político, econômico e social forte e autônomo, a ser governado pelo próprio cidadão guineense e cabo-verdiano que estaria sendo formado.

É bom ressaltar que a proposta de Amílcar Cabral e dos seus companheiros que participaram da criação do Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde era de criar um movimento que pudesse dialogar com o colonizador, e encontrar um caminho para a independência total e incondicional da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Esse propósito seria abandonado por causa da insistência do governo português em não dialogar com os movimentos independentistas, e que ainda recorria a todos os meios de que podia lançar mão, para reforçar e tentar manter o seu domínio sobre os povos colonizados.

Todo o processo de construção e desenvolvimento das estratégias políticas e culturais para a independência da Guiné e Cabo Verde foi influenciado pela corrente política presente nos movimentos anticoloniais na altura. Falamos aqui da corrente ideológica marxista-leninista, que Amílcar Cabral soube assimilar e ao mesmo tempo reformular e adaptar à realidade guineense e cabo-verdiana. E a união Guiné-Bissau e

Cabo Verde foi fruto do contato de Cabral com a teoria pan-africanista, ele via na união dos dois países a possibilidade de construir uma grande nação que pudesse abrir caminho para uma África livre do jugo colonial, forte no ponto de vista político, econômico e cultural, integrada na história mundial.

É nosso objetivo contribuir com o material produzido para o preenchimento de vazios significativos no que respeita ao conhecimento da guerra de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, guerra colonial, nomeadamente as origens deste fenômeno e as suas evoluções que foram definitivamente marcadas pela intervenção teórica-prática do engenheiro Amílcar Lopes Cabral. E também contribuir com o material produzido para futuras pesquisas na UNESP, no Brasil, no que diz respeito à história do continente africano e o movimento da luta de libertação que se deu em particular na Guiné-Bissau e Cabo Verde.

**Capitulo I – Amílcar Cabral: De Guiné-Bissau a
Cabo Verde. 1924 – 1945**

1. Guiné-Bissau: História e Sociedade

A Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África, com um território de 36.125km², faz fronteira a norte com o Senegal, a este e sudeste com Guiné-Conacri, e a sul e oeste com o oceano Atlântico. Além do território continental, integra ainda mais de oitenta ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagos.



Figural-Mapa da Republica da Guiné-Bissau

Fonte: <http://neccint.wordpress.com>

Os Séculos XV e XVI ficaram conhecidos na Europa como a *Era das Grandes Navegações e Descobrimentos Marítimos*, porque os europeus, principalmente os espanhóis e portugueses, lançaram-se nos Oceanos com o objetivo de descobrir novas rotas para as Índias e encontrar novas terras. Havia entre os europeus uma “necessidade” de conquistar novas terras, e eles queriam com isso obter matérias-primas, metais preciosos e produtos que não se encontrava na Europa. A igreja Católica e os Reis tinham interesses neste empreendimento, pois para a Igreja Católica a conquista de novas terras significaria também conquistar novos fiéis, e para os Reis as conquistas poderiam aumentar a arrecadação dos impostos para seus reinos.

A atração dos portugueses pelo oceano era compreensível num país situado à beira-mar, onde quase todas as cidades importantes eram portos comerciais florescentes. Portugal foi pioneiro nas navegações dos séculos XV e XVI, por causa da sua situação geográfica, e

também pela experiência adquirida pelos seus navegadores nas pescas de bacalhau. A caravela que era o principal meio de transporte marítimo e comercial na época era desenvolvido com qualidade superior a de outras nações. O país contava com grandes investimentos vindos da burguesia e da nobreza, interessados no lucro que o negócio podia gerar. Em Portugal também havia uma preocupação com os estudos náuticos, o que motivou a criação da chamada Escola de Sagres (FERRO, 1989).

A reconquista dos territórios muçulmanos antes da Espanha disponibilizou os nobres para novas aventuras militares ao que a burguesia das cidades estava ansiosa para associar objetivos econômicos. A revolução de 1383 que levou ao poder a dinastia de Avis favorecia, mais do que em qualquer outro país europeu, a política das cidades e fazia de Portugal um país novo e disponível.

O Infante D. Henrique, intitulado “O Navegador”, preocupou-se primordialmente em cercar pelo mar o domínio dos Almorávidas que pensava estender-se ao sul do Saara. Foi estabelecida como prioridade das prioridades a exploração geográfica da costa da Guiné.

Os primeiros portugueses chegaram na costa da Guiné-Bissau em 1446 numa expedição liderada pelo navegador Nuno Tristão. Dez anos mais tarde, ou seja, em 1456, Diogo Gomes explorava o Rio Grande (Geba), tendo sido mais tarde erguida uma estátua sua em Bissau, como prova da contribuição pessoal que dera à “grandiosidade da História dos portugueses”. Na sua segunda viagem para a costa da Guiné foi explorado o arquipélago dos bijagós (LOPES, 1987, p.16).

Estavam lançadas as bases para o alargamento do comércio português nesta área até então desconhecida dos europeus. Pode-se dizer que os portugueses tinham dois motivos, para além dos interesses mercantis que desencadearam esta ação: a chamada guerra santa contra o islã e o alargamento da coroa portuguesa para além mar.

As primeiras relações entre os súditos da coroa portuguesa e as autoridades africanas que encontraram, eram de respeito comum. E estas missões foram as primeiras do gênero e conseguiram estabelecer contatos mais profundos com os reis africanos.

Embora seja um assunto a ser tratado mais adiante, é bom ressaltar desde já que o impacto das formas de administração colonial só afetou os poderes endógenos, a partir do séc. XIX, ao contrário do que se possa imaginar. É preciso se livrar da idéia de que existiu um domínio colonial português antes do séc. XX e é necessário ligar a resistência tradicional ao colonialismo à luta de libertação nacional. (LOPES, 1987, p.22).

Resultado de correntes migratórias vindas do Sudão e do Gabú, o território da Guiné-Bissau é marcado pela sua diversidade étnica e lingüística (um total de 25 grupos

lingüísticos), pela diversidade de costumes e pela sua organização política e religiosa (crenças tradicionais africana, islamismo e o cristianismo).

Se pudermos realçar uma característica do encontro entre os diferentes grupos étnicos que habitam o território da Guiné-Bissau, foi a capacidade de assimilar e incorporar os modos e costumes de cada um, bem como a sua aptidão para criação de unidades políticas.

Os três principais grupos populacionais do território são:

a) Os Balantas, que constituem o maior grupo do país. É um grupo étnico sem nenhum sistema de reinado, não existe nenhuma forma de diferenciação na base da propriedade, não havendo uma autoridade ou poder coercitivo. Os chefes de aldeia não têm mais prerrogativas que os outros membros da comunidade senão por motivos familiares. A família é a única unidade política e econômica. Tal fato não afeta e nunca afetou a enorme capacidade de resistência dos Balantas. Povo bastante demarcado recusou durante muito tempo as trocas comerciais com os europeus e foi dos que mais perda infligiu aos soldados das campanhas de “pacificação”. São conhecidos como grandes produtores de arroz, produto de que sempre foram os principais fornecedores das etnias vizinhas.

b) Os Fulas, segundo maior grupo étnico da Guiné-Bissau, são agricultores sedentários. Na primeira fase da colonização mantiveram cooperação com as autoridades coloniais, o que teve fim com a introdução de pagamentos de taxas.

c) Os Mandingas, terceiro maior grupo étnico do país, constituem um sub grupo dos fulas. Praticantes de religião tradicional manifestam, no entanto, práticas islâmicas provenientes dos fulas.

Além dos três grandes grupos étnicos é de destacar a presença do Papel (Pepel), cujos reis foram dos que mais marcaram a História da presença colonial na Guiné-Bissau. Os escritos que lhe são dedicados são a medida das resistências e revezes ferozes que fizeram sentir aos portugueses de quem nunca se consideraram súditos.

Ainda podemos destacar a presença dos Manjacos, do mancanha/Brame, do Beafada, do Bijagós e dos Nalú.

Uma das particularidades da população da Guiné-Bissau que podemos destacar foi a emigração cabo-verdiana que se deu ao longo de quatro séculos. As razões que levaram os cabo-verdianos a escolherem a Guiné-Bissau como o país de destino, encontra-se numa série de fatores: a pobreza das ilhas marcadas pelas secas e pela fome, as limitadas oportunidades de emprego, e a comunicação facilitada pela língua, que é o crioulo (Kriol).

Ainda na Guiné-Bissau, podemos observar o aparecimento e desenvolvimento de um grupo social – O Crioulo, grupo que nasceu do encontro histórico entre portugueses, cabo-

verdianos e africanos de diversas sociedades tradicionais da costa ocidental da África. Este grupo esteve na origem do que viria a ser designado nos meados do século XX por assimilados/civilizados pela legislação portuguesa através da publicação do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das colônias de Angola e Moçambique, alargado a Guiné em 1927, e pelo decreto 1346 de 7 de outubro de 1946.

1.2- Cabo Verde: Historia e Sociedade

Cabo Verde, arquipélago de origem vulcânica, está localizado no oceano Atlântico, a 640 km a oeste de Dakar, Senegal. Outros vizinhos são Mauritânia, a Gâmbia e a Guiné Bissau. É constituído por dez ilhas que se distribuem em dois grupos, definidos pela sua posição em relação aos ventos dominantes.

As ilhas do barlavento¹ são: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boavista e os Ilhéus Raso e Branco, e as ilhas do sotavento², constituídas por Maio, Fogo, Brava, Santiago, e os ilhéus Luis Carreira, Grande e Cima.



Figura 2 – Mapa da Republica de Cabo Verde

Fonte: <http://www.scribnauta.org/caboverde>

A historia aponta, Diogo Gomes e Antonio Nolli como os descobridores do Arquipélago de Cabo Verde em 1460. As ilhas encontravam-se desabitadas e aparentemente

¹ Barlavento- onde sopra o vento

² Sotavento – o lado oposto de onde sopra o vento

sem indícios de anterior presença humana. Uma vez que se encontravam desabitadas na chegada dos portugueses, não podemos falar de uma colonização neste período, mas sim de um povoamento.

O povoamento do arquipélago se deu pelo grande interesse econômico imediato, e também, pelos benefícios fiscais reservados aos moradores do arquipélago concedidos pela Coroa na exploração do comércio africano.

Houve um maior interesse pelo povoamento do arquipélago quando se intensificaram as relações marítimas com o Brasil e com o Oriente. A partir daí algumas ilhas se tornaram importantes pontos de comércio, como foi o caso das ilhas de Santiago, Maio e Fogo. O povoamento foi construído no início pelos portugueses e outros comerciantes europeus, homens negros escravizados provindos da costa africana, e negros livres que acompanhavam os comerciantes e os capitães de navio. A sociedade cabo-verdiana surgiu como o resultado da expansão marítima europeia quatrocentista, fruto do forçado encontro de dois mundos: o português/europeu e o africano.

A mestiçagem cabo-verdiana é decorrente das relações entre diferentes grupos, homem europeu - mulher negra/escravizada. Este encontro de dois povos diferentes, não reflete só no aspeto físico, mas, sobretudo nos aspetos culturais do homem cabo-verdiano, que vão desde o modo de ser e de estar, da religião, da gastronomia, na arte, nas tradições e na linguagem.

Em Cabo Verde, como nas diversas sociedades africanas a estrutura familiar difere do conceito europeu urbano de família nuclear, de modo que é preferível falar da existência de agregados familiares alargados, cujos laços entre indivíduos ultrapassam o carácter meramente consanguíneo.

Souza Lobo (2006) nos mostra que em Cabo Verde o termo *minha família*, é usada quando se refere a grupos de pessoas mais próximas entre si, que se manifesta com laços emocionais, econômicos e sociais mais próximos, e a expressão *nós somos família*, quando se refere a um parente de sangue.

Em Cabo Verde, assim como em algumas regiões da Guiné-Bissau o termo *minha família* (*nha família*, em crioulo) encontra-se envolvido numa rede de relações íntimas, que ultrapassam as portas das casas e prolongam-se ao espaço da rua, das casas dos vizinhos e parentes, onde os conceitos família, residência comum, vizinhança e amizade se misturam.

Nota-se também uma ausência constante da figura paterna no seio da família cabo-verdiana, fato esse justificado pela falta de rendimentos econômicos e a emigração, o que impossibilita a transmissão de saberes aos filhos, sobretudo durante a infância. Mas é importante salientar que a relação entre o pai e filho “é, no entanto mediada, por um

sentimento de respeito à autoridade paterna, mesmo quando estes não vivam juntos, imposta normalmente por parte da mãe” (LOBO, 2006, p.25).

Ainda é de se destacar que é comum haver uma relação de domínio do homem, cujo espaço é a rua, em relação à mulher, cujo domínio é a casa e os filhos, acompanhada por uma hierarquia no seio da família.

Foi para esta sociedade cabo-verdiana que Amílcar Lopes Cabral foi viver aos nove anos de idade, e que com certeza teve um importante contributo na construção da sua identidade, o seu modo de ver, agir e pensar.

1.3. Amílcar Cabral e as relações familiares

Na sociedade cabo-verdiana, assim como em qualquer outra sociedade, a educação é uma das formas de transmitir e reproduzir a cultura, o que envolve diversas estruturas, como a família, o grupo onde o indivíduo está inserido, a comunidade, os meios de informação, ou seja, todo o meio social que envolve o indivíduo.

Na primeira fase da vida do indivíduo, a família tem um papel importante na transmissão de conhecimento. É a família que lhe transmite a história, os valores familiares, o modo de funcionamento da sociedade, ainda que limitado ao espaço de vivência e uma pequena rede de relações.

Podemos dizer que a família é a primeira escola que o indivíduo realmente conhece e é através dela que dá os primeiros passos para a sua integração e aceitação na sociedade. E para melhor compreendermos este primeiro espaço de socialização de Amílcar Lopes Cabral, abordaremos a história da família Lopes Cabral.

Amílcar Cabral – de nome completo Amílcar Lopes da Costa Cabral – nasceu na Guiné-Bissau, na cidade de Bafatá, a 12 de Setembro de 1924, filho de emigrantes cabo-verdianos. O pai, Juvenal Antônio Lopes da Costa Cabral, nasceu na ilha de Santiago em 1889, filho de Antônio Lopes da Costa, um abastado proprietário rural, e de Rufina Lopes Cabral, filha de agricultores (pequenos proprietários). Com apenas oito anos, Juvenal foi enviado para Portugal, para estudar – um luxo só possível a uma reduzidíssima elite das ilhas. Foi o primeiro aluno negro a entrar nos portões da escola primária de Santiago de Cassurães, na Beira Alta. Seguiu-se o Seminário de Viseu, onde segundo ele mesmo, passou os melhores anos da sua vida. Mas face às dificuldades da família em manter os seus estudos, devido à estiagem, Juvenal retornou a Cabo Verde em 1906. De regresso a Cabo Verde, os pais destinaram-no ao sacerdócio católico, mas ele já adulto, em vez de concluir o curso no

Seminário de São Nicolau, preferiu instalar-se na ilha de Santiago. Em abril de 1911, viajou para a Guiné-Bissau, à procura de emprego, de futuro, de melhor sorte. Ali viverá mais de trinta anos. Funcionário público em Bolama, foi, depois, o primeiro professor de uma escola primária em Cacine, com uma escassa meia dúzia de alunos. Ele mesmo se definirá, um dia, como «um obscuro professor não diplomado» (DUARTE SILVA, 2008.p.6).

Juvenal Cabral, se auto caracterizava como “cabo-verdiano de nascimento e raça, português pela bandeira e educação, e, portanto, convictamente integrado nos alevantados ideais que deram a Portugal o prestígio universal que desfruta” (CABRAL, 1947, p.88).

Juvenal Cabral era um homem com uma grande consciência e preocupação política e social sobre a situação de Cabo Verde, mas ao mesmo tempo era adepto da política colonial portuguesa e de Salazar (de quem fora colega, em Viseu).

O espírito patriótico e a admiração que nutria pela colonização portuguesa, não impediram Juvenal Cabral, de várias vezes criticar a política colonial da metrópole em relação a Cabo Verde. Críticas essas que se deviam, sobretudo, à maneira como o governo português conduzia as políticas relativas às crises agrícolas e consequentes períodos de fome nas ilhas.

Juvenal Cabral encontrou na escrita a principal arma para manifestar o seu desagrado em relação a estas políticas. Publicou em 1947 *Memórias e Reflexões*, um livro inspirado na gratidão e no amor a Cabo Verde. Nele Juvenal Cabral tece duras críticas à forma como o Governo português tratava as questões sociais em Cabo-Verde e dedica varias paginas a questão agrícola, a seca e a consequente fome em Cabo Verde. Em Dezembro de 1940, enviou cartas para o então Governador da colônia, major Amadeu Gomes Figueiredo, e também para o ministro das colônias, Francisco Vieira Machado, alertando-os sobre o problema da fome, e da seca, e o perigo que isso representava para a população.

As críticas à administração colonial e a passividade do Governo colonial perante os problemas, não fizeram com que Juvenal Cabral colocasse em causa o estatuto colonial de Cabo Verde, e nem a sua dissociação de Portugal.

O despertar, em Amílcar Cabral de uma consciência social em relação aos problemas sociais e agrícolas de Cabo Verde, bem como o estado de abandono a que o governo da colônia havia vetado o arquipélago, teve uma indiscutível influencia do seu pai, Juvenal Cabral.

Outro fator importante na formação de Amílcar Cabral é o amor que o seu pai tinha pela escrita e diplomacia. Cabral começou muito cedo a revelar o seu amor pela escrita, através de poesia, e que mais tarde desenvolveu na luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Os mais de trinta anos vividos na Guiné-Bissau permitiram a Juvenal Cabral conhecer a estrutura social e os proveitos agrícolas que os cabo-verdianos poderiam obter com a sua exploração, o que poderia solucionar o problema da fome no Arquipélago, pois a Guiné-Bissau possuía terras propícias para o cultivo de vários produtos. Tal conhecimento pode ter influenciado Amílcar Cabral, tanto no desejo de voltar e conhecer a Guiné-Bissau, bem como o seu desejo político de união entre os dois países.

A influencia de Juvenal Cabral na formação de Amílcar é inegável, mas apesar de todas essas competências aqui citadas, a figura central na educação de Amílcar foi a sua mãe, Iva Pinhel Évora. Iva é cabo-verdiana da ilha de Boavista, mas que só conhecera Juvenal na Guiné-Bissau, onde geria uma pequena pensão.

Em 1932, portando aos oito anos de idade, Amílcar acompanhou o pai no regresso a Cabo Verde. Foram morar na ilha de Santiago numa zona rural, com a madrasta e os meios irmãos. Dois anos depois, em 1934, Iva Évora também regressa a Cabo Verde e se encarrega da educação do filho. Amílcar já tinha dez anos, e não tinha ainda frequentado ensino primário. Assim, começou a estudar em 1936, aos doze anos de idade. Em um ano concluiu os estudos primários, e teve que mudar para a ilha de São Vicente junto com a mãe para dar continuidade aos estudos no Liceu Gil Eanes. Foi Iva que com um grande esforço material, apoiou Cabral no que ele mesmo chamou de “infância agreste” e na educação escolar (DUARTE SILVA, 2008, p.10).

Os esforços dela para a educação dos filhos, e os diferentes papéis por ela desempenhados – mulher, emigrante, mãe, chefe de família, teve um grande impacto na formação de Amílcar Cabral. A imagem de Iva Évora levou Amílcar a destacar, a valorização e a importância da mulher em contexto de luta pela libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Se o ambiente familiar influenciou na personalidade de Amílcar Cabral, a dupla identidade (cabo-verdiana e guineense) e a vivência das crises de seca e de fome marcarão o seu futuro.

1.4. O sistema de ensino colonial e as críticas de Amílcar Cabral.

A escola tida como principal veículo de ensino tem um papel importante a desempenhar na difusão da cultura, ao preparar os jovens como futuros alicerces da sociedade. As instituições escolares, além de transmitir conhecimentos, têm também como função participar da socialização do individuo através da transmissão de hábitos, atitudes, normas e valores.

Uma vez, que é a escola que orienta os primeiros passos do indivíduo, quando este sai do meio familiar, dando a ele as ferramentas que o preparam para a vida em sociedade, é necessário que os seus mecanismos levem o sujeito a identificar-se com a sua cultura e com ele mesmo. Isso para que, posteriormente, não se produza uma ruptura entre este, a estrutura escolar e a sociedade envolvente. No entanto, estes argumentos em prol da educação entram em contradição quando aplicados à realidade e à população escolar dos países que foram colonizados.

A escola, sem dúvida foi um dos principais, senão, o principal veículo do Governo português, para a consolidação do seu poder nas colônias, preparando os indivíduos com a formação religiosa, política, moral e social, baseada nos padrões nacionais, com o intuito de reforçar o poder da metrópole nos territórios colonizados.

Nos territórios colonizados por Portugal, a escola e a educação escolar se tornam em importantes modelos de manipulação, opressão e de transmissão de uma ideologia e cultura do colonizador.

A política educacional do regime, no essencial, visava promover uma identificação dos africanos com os valores da cultura portuguesa e assim manter e desenvolver o sistema colonial. Na época o ministro do Ultramar José Morreira da Silva Cunha defendia “a formação de cidadãos capazes de compreender plenamente os imperativos da vida portuguesa, interpretá-los e transformá-los numa realidade constante, a fim de assegurar a continuidade da nação” (MATEUS, 1999, p.26).

Dalila Cabrita (1999) nos mostra que os livros escolares refletiam tais propósitos, onde o aluno africano tinha que aprender tudo sobre Portugal e a sua população, e quase nada sobre os seus países e o continente africano.

O sistema de ensino, proposto pelas potências colonizadoras em nada se diferenciava do que já existia nos seus países. Estudava-se a história, a geografia e a língua do colonizador, ignorando tudo o que dizia respeito à própria realidade local. Processo esse, que desvalorizava e desrespeitava a cultura dos povos colonizados, recorrendo a metodologias que conduziam o colonizado à desvalorização da sua cultura.

A experiência pessoal de Amílcar Cabral com o processo de ensino colonial português em Cabo Verde e nos territórios colonizados lhe permitiu desenvolver um pensamento crítico, em relação à ideologia que este tentava transmitir e o impacto e consequências na vida do estudante africano.

E segundo Amílcar Cabral,

Toda a educação portuguesa deprecia a cultura e a civilização do africano. As línguas africanas estão proibidas nas escolas. O homem branco é sempre apresentado como um ser superior e o africano como o inferior. As crianças africanas adquirem um complexo de inferioridade ao entrarem na escola primária. Aprendem a temer o homem branco e a terem vergonha de serem africanos. A geografia, a história e a cultura de África não são mencionadas, ou são adulteradas, e a criança é obrigada a estudar a geografia e a história portuguesa.”(CABRAL, 1978, p.64)”.

A igreja deu um importante apoio ao Estado português, na implementação de uma ideologia colonial-nacionalista. A Concordata de 1940, assinada entre Portugal e o Vaticano, e o Acordo Missionário de 1941, que encarregava às missões católicas o «ensino rudimentar», defendia uma educação “conforme aos princípios doutrinários da Constituição portuguesa e seguir a linha dos programas emanados pelo Governo” (CABRAL, 1978, p.64).

Cabral apelidou esta ideologia educacional de «racismo cristianizado ou cristão», pelo fato deste dificultar os estudos do estudante negro africano. A dificuldade vem, pela pouca disponibilidade econômica das famílias e do estudante negro africano em custear as despesas dos seus estudos.

No que diz respeito às dificuldades econômicas, Amílcar Cabral considera ser “a primeira garantia de que a condição de inferioridade do negro dito civilizado se eternizará”, isto porque o próprio sistema colonial condicionava de todas as formas, uma melhoria de vida do homem negro africano, “o negro das colônias portuguesas de África, tal como a das outras colônias estrangeiras, não dispõe geralmente de recursos econômicos compatíveis com a sua dignidade humana” (CABRAL, 1978, p.30).

Esta indisponibilidade financeira vem do próprio sistema colonizador de discriminação racial, uma vez que ao negro,

“a estrutura do regime colonial reserva-lhe, explícita ou tacitamente, posições que correspondem, na estrutura social capitalista, a um nível socioeconômico considerado como inferior... o racismo á moda portuguesa... impõe limitações ao progresso econômico e social das massas negras, negando-lhes as possibilidades de melhorar as precárias condições de vida em que vivem” (CABRAL,1978,p.30).

O estudante negro africano era acompanhado por estes problemas, mesmo quando atingia um grau de ensino superior, pelo fato de ter que viajar para a metrópole para estudar, porque não existiam universidades nos territórios colonizados. A única saída era a obtenção de uma bolsa de estudos, tal como aconteceu com Amílcar Cabral.

O regime português, nunca se simpatizou com a ideia de acesso dos africanos ao ensino superior, procurando assim evitar a formação de uma elite que, depois, desencadeassem ou acelerassem a luta pela independência nos territórios coloniais. Em meados da década de 50, nos primeiros tempos do seu mandato como Governador-Geral, o então coronel Horácio de Sá Viana Rebelo teria prometido uma Universidade para Angola. A ideia da criação de uma Universidade em Angola, não foi bem recebida em Lisboa, os governantes ficaram preocupados. E segundo Viana Rebelo, a tal preocupação pode ter sido gerada, pelo que se passou no Brasil, onde se criou um foco de nacionalismo, uma poderosa contribuição para o movimento da independência. E anos mais tarde na sua visita a Angola, o subsecretário de Estado para a educação, ainda tinha de esclarecer que, “A Universidade é o vértice de uma pirâmide com base noutros ramos do ensino, pelo que só se justificaria depois da existência de institutos médios e alunos suficientes...” (MATEUS, 1999, p.39).

A bolsa de estudos concedida aos africanos formou uma elite pouco numerosa, em Angola, Moçambique e, sobretudo na Guiné-Bissau, “tanto pela pobreza como pelos preconceitos que deixavam afastada a gente de cor” (MATEUS, 1999, p.41).

Todos estes elementos levaram Amílcar Cabral, a considerar a educação a base do seu projeto de luta, através da criação de uma rede escolar no território guineense no decorrer da luta de libertação, com a dinamização de processos de alfabetização ou proporcionando a alguns quadros a formação no estrangeiro. Todo este enredo onde a cultura assumiu um papel central na formação de uma identidade tinha como principal objetivo a construção e formação de um «Homem novo».

1.5. A fome e os confrontos sociais em Cabo Verde

O arquipélago de Cabo Verde foi assolado por várias crises agrícolas e alimentícias desde o início do seu povoamento. A seca é apontada como a causa das sucessivas crises, e o primeiro registro de um longo período de seca aponta para os anos 1580/83, período em que houve milhares de mortes causadas pela fome.

Seguiram-se outros períodos de crises, como em 1610/1611, onde foram registradas ondas de assaltos a casas de campo, roubo de gados e, até assalto aos caminhantes. Ainda

podemos citar as crises – 1809/11; 1864/66; e 1894/1900, todas elas passaram, sem que fossem tomadas medidas efetivas para prevenir a situação. Entre 1901 a 1904, as produções agrícolas foram péssimas, o que provocou um novo período de fome, que foi agravado por uma praga de gafanhotos, tirando a vida de cerca de 16.118 habitantes. A fome, a venda de terrenos, os trabalhos públicos nas obras do governo, a emigração, foram alguns dos efeitos mais visíveis da crise.

Os períodos de estiagem, e consequente fome, vividas por Amílcar Cabral e a sua família, datam 1941/43 e 1947/48. A seca e a fome de 1941/43 fizeram 20 mil vítimas no arquipélago, numa população calculada em 180 mil pessoas, numero que pode ser maior se a ele acrescentarmos as mortes não registradas. Segue-se a de 1947/48, que dizimou mais 30 mil pessoas (CASTANHEIRA, 1995, p.26).

Apesar da seca e a consequente crise no setor agrícola serem apresentados como as principais causas da crise, o Boletim Oficial, nº16, de 19 de Abril de 1941 lançado pelo Governo colonial, deixa perceber que tinham conhecimento de outros fatores que contribuíram para aquela situação

“a crise não se distribui uniformemente, quer a sua causa seja exclusivamente a falta de chuvas, quer nela influam outros motivos como a situação internacional (segunda Guerra Mundial), falta de movimento no Porto de S. Vicente, perturbações no comércio externo, ou dificuldades de circulação do correio internacional e consequente mesadas dos emigrantes”.

Os trágicos períodos de seca, fome e alto índice de mortalidade, causaram um efeito perturbante sobre a população cabo-verdiana, do ponto de vista, psicológico, social e econômico. A emigração normalmente masculina, que sempre marcou a vida do arquipélago, foi o recurso mais utilizado para fugir ao cenário alarmante de fome.

Com a interdição entre 1920 a 1950 da emigração para a América, devido às restrições impostas pelos diversos “immigration acts”³, a solução para milhares e milhares de cabo-verdianos reside nas plantações de Angola e São Tomé e Príncipe. Estes emigrantes cabo-verdianos foram submetidos a castigos arbitrários por parte dos donos das plantações, a horários de trabalhos elevados, uma alimentação fraca, e pagamentos irregulares.

As constantes crises de seca e fome em Cabo Verde, e a incompetência do Governo colonial em procurar soluções para os problemas fizeram crescer um clima de

³ É a Lei que regula a imigração.

descontentamento no seio da população do arquipélago, o que motivou o envio em 1941 do primeiro contingente militar português para o arquipélago, a fim de acentuar o clima de descontentamento. O que demonstrava a preocupação do governo colonial com a crescente onda de manifestações contra a sua política. Mas o jornal português, Diário de Notícias, no dia 15 de Julho de 1941, apresentava dados, que indicavam que, a posição internacional portuguesa e o medo de um ataque e uma possível perda dos territórios colonizados tanto para os países aliados como para o eixo, levaram o governo português a enviar para Cabo Verde um Corpo Expedicionário a fim de “assegurar a defesa eficiente das ilhas dos Açores e Cabo Verde de maneira a manter ali a soberania portuguesa.”

A presença militar num Cabo Verde assolado pela crise alimentar, com certeza influenciou toda a vida da população, principalmente a camada mais jovem, que, por esta altura, começava a consciencializar-se da situação colonial a que estava sujeita.

As relações entre os militares portugueses e a população do arquipélago, foram marcadas por alguns choques e confrontos, originadas pelas manifestações de desprezo da tropa portuguesa. Essas relações podem ter sido agravadas com aplicação de multas que variavam de 3 a 50 escudos, a quem não obedecer às ordens dos militares e do Governo colonial. (TELO, 1989, p.31)

Mario Pinto de Andrade regista que « o espetáculo destas catástrofes constitui o primeiro fundamento da revolta na trajetória intelectual e política do jovem Amílcar».

1.6. Movimento Claridade em Cabo Verde

A seca, a fome, e a falta de propostas concretas por parte do governo colonial para pôr fim as constantes crises alimentares no arquipélago, fez aparecer no início do século XIX, as primeiras ideias independentistas entre os intelectuais cabo-verdianos, mostrando assim a insatisfação em relação à política colonial portuguesa.

Ainda no século XIX, houve a primeira tentativa de desligar Cabo Verde de Portugal, com o movimento “*pró Brasil*” na ilha de Santiago, na sequência da revolução liberal portuguesa de 24 de Agosto de 1820. Não se tratava de um movimento reivindicando a independência de Cabo Verde, mas sim uma possível ligação ao Brasil para onde havia sido transferida a Corte Portuguesa. As igrejas locais desempenharam um papel preponderante na mobilização das pessoas em torno dos princípios do movimento pró-Brasil. O movimento lutava contra a cruel exploração à qual estavam submetidos pelos colonizadores. O

movimento pró-Brasil não teve sucesso, mas fez surgir novas vozes demonstrando descontentamento em relação à situação do arquipélago. Em Cabo Verde, ao contrário da Guiné-Bissau, houve um desenvolvimento de instituições de ensino, o que possibilitou o desenvolvimento de uma elite cabo-verdiana letrada, e o aparecimento de uma imprensa cabo-verdiana em Cabo Verde, e nos Estados Unidos da América (através dos emigrantes), estes dois fatores e a descuidada tutela e desleixo da administração colonial do arquipélago, contribuíram para o desenvolvimento de uma consciência política e social cabo-verdiana. (VICENTE LOPES, 2002, p.36).

A criação de uma imprensa cabo-verdiana e seu desenvolvimento permitiu a criação de um grupo de intelectuais conscientes da situação política e social do arquipélago, defensores dos interesses cabo-verdianos. Os artigos publicados permitiram o desenvolvimento de uma opinião pública em torno dos problemas de Cabo Verde, exigindo a sua resolução. As atividades realizadas pelos intelectuais resultariam no primeiro despertar do nacionalismo cabo-verdiano e do desenvolvimento do movimento nativista.

É de se destacar que o movimento nativista em Cabo Verde, assim como o movimento “*pró Brasil*”, não reivindicava a independência de Portugal, mas sim um melhor tratamento e autonomia do arquipélago tal como acontecia com as ilhas de Açores e da Madeira. No entanto, com a implantação da ditadura em Portugal em 1926, e a consequente proibição de qualquer manifestação política contra o regime, o movimento nativista acabou por ceder lugar ao desenvolvimento de uma expressão cultural literária em defesa de uma identidade cabo-verdiana. Foi o caso dos intelectuais reunidos em torno do movimento *Claridade*.

A *Claridade* é fundada quando um “grupo reduzido de amigos começou a pensar o nosso problema, isto é o problema de Cabo Verde. Preocupava-nos, sobretudo o processo de formação social destas ilhas, o estudo das raízes de Cabo Verde” (VICENTE LOPES, 2002, p.36).

O movimento *Claridade* foi muito influenciado pelas novidades que atravessavam o mundo, entre elas o movimento da Negritude, de Aimé Césaire, Leon Damas, e Leopold Sedar Senghor, que difundiam numa orientação exclusivamente literária, os valores da “alma africana”, os costumes, as crenças, as artes e a literatura, com o fim de defenderem o esmagamento cultural e da alienação, levados a cabo pela cultura europeia.

O movimento *Claridade* marcou o início da literatura moderna cabo-verdiana, desvinculando-a dos parâmetros portugueses, tanto no conteúdo como na linguagem, recorrendo várias vezes a escrita em crioulo (Kriol). O uso do crioulo (kriol) foi uma das estratégias usadas pelo movimento, pois escrever ou cantar em crioulo significava promover a

língua nativa, em detrimento da do colonizador. O movimento transmitia mensagens para o povo cabo-verdiano através dos seus escritos, e o uso do crioulo se fazia necessário a fim de dificultar a leitura do colonizador, nesse caso o português.

Segundo Manuel Ferreira (1975) as publicações da Certeza em 1944, e de Suplemento Cultural em 1958, demonstravam a maturidade e a consciência dos homens que iniciaram o movimento Claridade. Com o tempo as manifestações deixaram de ser apenas culturais, assumindo mesmo um caráter político e social.

1.7. A poesia de Amílcar Cabral

Amílcar Lopes Cabral passou parte da sua infância e a sua juventude em Cabo Verde, onde conviveu com a seca, a fome, e a miséria, que marcaram o país no nível social e econômico. Cabral ainda presenciou a ocupação do arquipélago pelos soldados portugueses, que alegavam uma possível invasão estrangeira durante a segunda Guerra Mundial. No campo pessoal podemos destacar a sua experiência de vida entre dois mundos: o rural em Santiago e o urbano em São Vicente.

Todo este contexto foi marcado por um importante período de transição em termos culturais e literários em Cabo Verde, a passagem do movimento da Claridade para a geração da Certeza.

É neste período, aos 17 anos de idade que Amílcar Cabral, já conhecedor dos anseios pela independência de Cabo Verde, decide transpor para o papel o que sentia em forma de poesias, assinando com o pseudônimo de Larbac – anagrama do nome Cabral. Foi através de poesia que Amílcar Cabral descreveu a forma como viu e interpretou a sociedade cabo-verdiana. Anos mais tarde Cabral, descreveria esta forma de expressão como,

“manifestação artística que apesar de toda a característica individual, imanente da personalidade do Poeta, é necessariamente um produto do meio em que tem expressão, e por maior que seja a influência do próprio indivíduo sobre a obra que produz, esta é sempre, em última análise, um produto do complexo social em que foi gerada, que tem as suas raízes mergulhadas nas condições socioeconômicas em que é criada” (CABRAL, 1978, p.25).

Um importante instrumento para tentarmos perceber a influência da sociedade cabo-verdiana no processo de formação e modelação da personalidade de Amílcar Cabral.

O movimento Claridade influenciou muito a primeira fase da poesia de Amílcar Cabral, fase essa marcada pela denúncia da seca, da fome, miséria, e o estado de abandono de Cabo Verde e do seu povo.

Desta primeira fase podemos destacar o poema *Naus sem rumo*, onde Amílcar Cabral apresenta as dez ilhas que constituem o arquipélago de Cabo Verde, como parte integrante do continente africano. Podemos perceber que já nesta fase, Amílcar Cabral não via Cabo Verde separado do continente africano, pondo em causa a própria soberania portuguesa, e expõe o estado de abandono em que Cabo Verde se encontrava e a necessidade de encontrar o seu próprio rumo.

Naus sem rumo

*Dispersas,
emersas,
sozinhas sobre o oceano...
sequiosas,
rochosas,
pedaços do africano,
do negro continente,
as enjeitadas filhas,
nossas ilhas,
navegam tristemente...
Qual naus da antiguidade,
Qual naus
do velho Portugal,
(...).
São dez as caravelas
Em busca do infinito...
À tempestade e ao vento,
Caminham...
Navegam mansamente
as ilhas
as filhas do negro continente
(...).
Sem rumo e sem fito,
Sozinhas
dispersas,
emersas,
nós vamos,
sonhando,
sofrendo,
em busca do infinito!*

Mindelo, 1943

Ainda na primeira fase da poesia de Cabral, existem poemas onde ele relata e se solidariza com o sofrimento da terra e dos cabo-verdianos, mas sempre com a esperança no futuro melhor para o arquipélago.

A segunda fase da poesia de Cabral se insere no contexto da Academia Cultivar e da Geração Certeza, influenciada pelos poetas da Claridade onde “os poetas – o contato com o Mundo é cada vez maior – sentem e sabem que, para além da realidade cabo-verdiana, existe uma realidade humana, de que não podem alhear-se” (CABRAL, 1978, p.27).

Nesta segunda fase da poesia de Amílcar Cabral, percebe-se a influência dos poetas da Academia Cultivar. Tal Academia foi fundada em 1942, por um grupo de jovens estudantes, na sua maioria mestiços, que viriam a romper com o regionalismo do Movimento Claridade, embora sem rejeitar o elogio da cultura cabo-verdiana, apresentavam um caráter mais ideológico e aberto para o mundo (LABAN, 1992, p.263).

Nos poemas de Cabral, o assunto já não era apenas a sociedade cabo-verdiana e o lamento das suas agonias, mas sim, uma realidade humana inteira que sofre. Começava assim uma nova era nos escritos de Cabral, onde a abordagem de temas como a guerra e as contradições sociais são constantes.

Desta fase destacamos o seguinte poema:

Que fazer?!

*Eu não compreendo o Amor
Eu não compreendo a Vida
Mistérios insondáveis,
Formidáveis,
Mistérios que o Homem enfrenta
Mistérios de um mistério
Que é a alma humana...
Eu não compreendo a Vida:
Há luta entre os humanos,
Há guerra
Há fome, e há injustiça imensa,
Há pobres seculares,
Aspirações que morrem...
Enquanto os fortes gastam
Em gastos não precisos
Aquilo que outros querem...
(...).*

A terceira fase da poesia de Amílcar Cabral é uma reunião das duas vertentes anteriores, sobretudo pela necessidade de transcender o cantar das dificuldades do arquipélago “onde as árvores morrem de sede, os homens de fome – e a esperança nunca morre”. (CABRAL, 1978, p.27).

Nesta fase, Amílcar Cabral deixa de lado o papel de simples poeta para dar início a fase de ator-participante.

Destacamos um dos poemas que marcaram esta terceira fase:

Grito de Revolta

*Quem é que não se lembra
Daquele grito que parecia trovão?!
É que ontem
soltei meu grito de revolta.
Meu grito de revolta ecoou
Pelos vales mais longínquos da Terra,
atravessou os mares e os oceanos,
transpôs os Himalaias de todo o Mundo
não respeito fronteiras,
e fez vibrar meu peito...
Meu grito de revolta fez vibrar
Os peitos de todos os Homens,
Confraternizou todos os
Homens
e transformou a Vida...
...Ah! O meu grito de revolta
que percorreu o Mundo,
que transpôs o Mundo,
o Mundo que sou eu!
Ah! O meu grito de revolta que
feveceu lá longe
na minha garganta!
Na garganta-mundo de todos os
Homens.*

A complexa e dramática realidade socioeconômica da história de Cabo Verde, despertou Amílcar Cabral para a percepção do meio social. E podemos dizer que foi a vivência, a experiência e identificação com Cabo Verde, que mais tarde levaram Amílcar Lopes Cabral a abranger o arquipélago no contexto da luta de libertação.

**Capítulo II – Agronomia, a Casa dos Estudantes
do Império, e a experiência na Guiné-Bissau e
Angola**

2.1. A formação em Lisboa

Depois da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, Portugal, precisamente a sua capital Lisboa, representa o terceiro espaço de formação de Amílcar Cabral, formação que decorreu de 1945 á 1952.

Segundo Dalila Cabrita (1999) foi a falta de universidades nos territórios dominados por Portugal no continente africano, mais precisamente Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, que forçou os jovens deste referidos territórios a deslocarem-se a Portugal para obterem uma formação superior. Mas podemos perceber que isso também se deve a uma política adotada pelo governo colonial português, que era de limitar o ensino nos territórios colonizados ao mínimo intelectual, ou seja, ao ensino prático de algumas atividades.

Amílcar Cabral fez a sua matrícula no Instituto Superior de Agronomia (ISA), no curso superior de Agronomia, no ano letivo de 1945-1946, tendo concluído a parte escolar do curso em Julho de 1950. E no Agosto do mesmo ano iniciou o estágio obrigatório para a obtenção do grau de licenciado e o título de engenheiro agrônomo, estagio esse que decorreu no Departamento de Pedologia da Estação Agrônômica de Portugal, no domínio da Ciência do solo, subordinado fundamentalmente ao estudo da erosão. O relatório final do estágio “o problema da erosão do solo” teve a sua defesa num ato público, no dia 22 de Fevereiro de 1952, concluindo a sua licenciatura com a nota 15, e vale ressaltar que a nota máxima em Portugal é 20(INEP, 1988, p.11).

Segundo o professor Rui Pinto Ricardo (1988), Amílcar Cabral enquanto aluno de agronomia, também freqüentava todas as disciplinas que constituíam o curso de especialização de engenheiro agrônomo colonial, obtendo bom aproveitamento e cumprido todas as obrigações do curso.

No Instituto Superior de Agronomia, Amílcar Cabral beneficiou, em todos os anos, de isenção de mensalidades e, além disso, estudou sempre como bolsista da Casa dos Estudantes do Império. Foi contemplado, no ano letivo de 1948-1949, com o Premio Mello Geraldês, atribuído ao aluno mais classificado na disciplina de Tecnologia colonial. (INEP, 1988, p.15)

A estadia de Amílcar Cabral em Portugal, não se limitou somente ao curso de Agronomia, foi no país do colonizador que ele e vários outros estudantes vindos da colônia sofreram influências, que contribuiram para a sua formação cultural e política.

2.2. Casa dos Estudantes do Império (CEI)

A Casa dos Estudantes do Império foi fundada em Outubro de 1944 em Lisboa, fruto da proposta do então Ministro das Colônias, Vieira Machado, que visava a fusão das recém-criadas casas de estudantes de Angola, Cabo-verde e Moçambique. A iniciativa contou também com o apoio do então Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Marcello Caetano. A CEI, que contaria com uma delegação em Coimbra fundada em Dezembro de 1944 e a de Porto que surgiria só em 1959, se transformou então em um importante espaço de acolhimento dos estudantes vindos dos territórios dominados para a continuação dos estudos, o que era importante para o governo português “porque a dispersão dos estudantes das colônias (...) não lhes facilitava o controlo dos mesmos” (MATEUS, 1999, p.66).

A Casa dos Estudantes do Império foi criada pelo governo português com o objetivo de ter um maior controle dos alunos oriundos dos territórios colonizados, e também fortalecer a mentalidade imperial e o sentimento que muitos chamam de portugalidade entre os estudantes das colônias, mas num curto espaço de tempo se torna um centro,

“de sociabilização anti-salazarista, de (re)descoberta da cultura africana, de denuncia do colonialismo, onde se formam politicamente alguns dos futuros dirigentes dos movimentos de libertação: Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Vasco Cabral” (Duarte Silva, 1997, p.25)

Como bolsista da Casa dos Estudantes do Império, Amílcar Cabral participou de várias atividades realizadas pela casa, mas ele não se limitou só a participar dos eventos tendo registrado um percurso de franca ascendência entre 1947 a 1951. Neste período Amílcar Cabral desempenhou funções como Secretário da Direção de Seção das Ilhas de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé, e veio a assumir a vice-presidência da CEI em 1951.

Em Julho de 1948, a CEI, publica o número 1 do seu Boletim informativo e cultural, a *Mensagem*, do qual Amílcar Cabral foi co-fundador e colaborador. Sob forma de circular serão publicadas 13 números até 1952 (MATEUS, 1999.p.69).

É de nosso interesse aqui realçar a participação de Amílcar Cabral no Boletim informativo *Mensagem*, porque foi nele que Cabral publicou os seus primeiros textos de reflexão política onde é possível observar o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação a sociedade. Amílcar Cabral publica com o pseudônimo de Arlindo António o seu primeiro artigo no número 11 da *Mensagem* em 1949, intitulado “*Hoje e Amanhã*”. Dalila Cabrita Mateus (1999) destaca o seguinte trecho do texto:

Do caos surgirá um mundo novo e melhor (...) o mundo precisa de uma remodelação: uma nova ordem que não é a nazi, nem a que alguns sonham que há-de ser defendida por uma polícia internacional... Outra que dignificará o Homem, preto ou branco, vermelho ou amarelo... Hoje, porem, reina a luta. Guerra de canhões e de bombas. Guerra de idéias... (CABRAL, apud, MATEUS, 1999, p.68).

Este trecho nos mostra um Amílcar Cabral preocupado com a sociedade no seu todo, num mundo que necessita de uma nova ordem, ou seja, uma sociedade livre de colonialismo, onde os Homens possam viver sem opressão e exploração. Esse pode ser um dos motivos que mais tarde levaram Amílcar Cabral a integrar o movimento de libertação da Guiné-Bissau e Cabo-Verde e também de Angola. Ainda em 1949, na cidade de Praia, a queda do muro do refeitório da assistência, provocaria a morte de 300 pessoas que ali esperavam por alimentos, fato que mereceu pouca atenção da parte do Governo português, o que para Amílcar Cabral só veio a reforçar o sentimento de abandono de Cabo Verde.

Em Janeiro de 1952, na edição numero 13 da *Mensagem*, Amílcar Cabral publica o texto integrante do seu relatório de estágio “A Defesa da Terra”, onde ele escreve:

“(...) Defender a terra é defender o homem. Esta afirmação constitui, inegavelmente, um axioma. Daí torna-se ociosa toda a argumentação no sentido de provar a necessidade da defesa de terra. Negar essa necessidade é negar a própria base em que assentam as sociedades humanas” (CABRAL, apud, Duarte Silva, 2008, Pág.30).

A preocupação de Amílcar Cabral com a terra não ficou restrita a região de Cuba (Alentejo) que foi o foco da pesquisa, se estendeu a Cabo Verde, e posteriormente a

Guiné-Bissau e Angola. No que diz respeito a Cabo Verde, a preocupação era constante, recorrendo algumas vezes ao livro “Memórias e Reflexões” de Juvenal Cabral, para fazer críticas em relação a situação de abandono em o arquipélago se encontrava.

No seu livro Memórias e Reflexões, Juvenal Cabral dedica algumas páginas a situação agrícola e a crise alimentícia com o qual o arquipélago de Cabo Verde “ciclicamente se debatia”. Foram nessas páginas que Amílcar Cabral se debruçou, e como o seu pai, defendia uma rápida intervenção por parte do governo português para a resolução do problema. Era a passividade do governo português com relação aos problemas de Cabo Verde que suscitava as críticas de Amílcar Cabral, o que para ele, provavelmente pela influência do pensamento de Juvenal Cabral não punha em causa a situação colonial do arquipélago, até porque ele e o próprio pai se viam como partes integrantes do sistema português.

Os sucessivos descasos do governo português com relação aos desastres em Cabo Verde, e a CEI contribuíram muito para que Amílcar Cabral deixasse de lado o pensamento no qual ele e Juvenal Cabral se viam como “portugueses em geral, e caboverdianos em particular”. A CEI foi um grande centro de difusão de idéias anticoloniais, promovendo também atividades nos “campos social, desportivo e recreativo, e desenvolvia um intenso labor de divulgação das culturas africanas”. (MATEUS, 1999, p.70).

Os debates, as atividades realizadas nas suas dependências fazem da CEI, um alvo da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), que sempre elaborava relatórios sobre o perigo que a CEI, oferecia e podia oferecer ao Estado português, chegando a ponto de propor a dissolução do mesmo “para extinguir o mal que dali se espalha a todo o meio acadêmico” (MATEUS, 1999, p.69).

Autores como António Duarte Silva, Carlos Lopes, Dalila Cabrita e Pedro Castanheira, estão de comum acordo, de que ora criada para servir a política imperial de Portugal, a CEI contribuiu e muito para o seu fim. Os grandes líderes independentista dos países ora dominados por Portugal passaram pela CEI, onde podemos destacar, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Lúcio Lara, Marcelino dos Santos, e Eduardo Mondlane, que “ainda que se não possa considerar propriamente um homem da CEI, nela esteve durante a curta estada em Portugal” (Mateus, 1999, p.74). A CEI teve um importante papel na conscientização dos estudantes africanos, e a grande maioria destes alunos que freqüentavam a Casa tinha idéias anticoloniais. E a CEI contribuiu para a formação dessa consciência política.

Não seria nenhum exagero dizer que a CEI e o Boletim informativo *Mensagem* foram instrumentos importantes na integração de Amílcar Cabral em Portugal, e também contribuíram para a construção de uma importante rede de contactos entre jovens conscientes, com vontade de aprender e de lutar contra o sistema colonial português.

Além da CEI, outro espaço foi importante na formação tanto de Amílcar Cabral como dos outros estudantes vindos das colônias, falamos aqui do Centro de Estudos Africanos, a CEA.

2.3. Centro de Estudos Africanos (CEA)

O mundo já assistia os movimentos que lutavam pela conscientização histórica, política e cultural, e valorização do negro e pela igualdade de direitos. Entre estes movimentos destacaremos aqui o movimento político, Pan-africanismo liderado por Willian Du Bois e também por Marcus Garvey. O Pan-africanismo defendia a independência dos países africanos assim como uma associação entre todos os territórios africanos a fim de promover e defender a sua integridade política, econômica e cultural.

A internacionalização da questão do Negro, africana e colonial fez surgir vários movimentos literários, entre os quais a Negritude na França, que contava com Aimé Césaire, Léon Damas e Léopold Sédar Senghor como os principais percussores. A Negritude pretendia reivindicar a identidade negra e sua cultura perante a cultura francesa dominante e opressora. E foi nessa mesma França que Frantz Fanon escreve *Pele Negra, Mascaras Brancas*, numa tentativa de compreender as relações entre os brancos e negros, pois era na metrópole que o homem negro dos territórios colonizados mais sentia o peso da colonização e do racismo. Segundo Fanon,

“O Negro (...) se for para a Europa terá de repensar a sua condição. Porque o negro em França, no seu país sentir-se-á diferente dos outros. Disse-se precipitadamente: o negro inferioriza-se. A verdade é que o inferiorizam” (FANON, 2008, p.161).

Foi neste contexto que em Lisboa o núcleo de estudantes que pertenciam a CEI, entre eles, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Alda Espírito Santo, Francisco José

Tenreiro, tentam conquistar por dentro a Casa de África, ora fundada por Raul de Castro, um jornalista natural de São Tomé que “pendia mais para o lado colonial”. Mas o fracasso desta tentativa culminou com a criação em 1951 do Centro de Estudos Africanos, na rua Actor Vele, 37, na casa da família Espírito Santo, oriunda de São Tomé e Príncipe. O centro “funcionou aos domingos, durante dois anos, provavelmente entre Agosto de 1951 e o segundo semestre de 1953, em jeito de seminário” (MATEUS, 1999, p.75).

O Centro tinha como objetivos, estudar e conhecer África nas mais diferentes áreas, e ajudar os membros a se redescobrirem enquanto negros africanos inseridos num contexto colonial. Tais objetivos são reforçados nas palavras de Mário Pinto de Andrade, onde segundo ele o objetivo era “racionalizar os sentimentos de se pertencer a um mundo de opressão e despertar a consciência nacional através de uma análise dos fundamentos culturais do continente” (MATEUS, 1999, p.76).

Sob orientação de Francisco José Tenreiro e Mário Pinto de Andrade elaborou-se um plano de trabalho do Centro, dividido em três vertentes: a primeira, A Terra e o Homem direcionada para o estudo geral do homem e do meio envolvente, a segunda, A Socio-economia africana, voltada para a África e as questões econômicas do continente, e uma terceira vertente onde eram abordadas as questões do homem negro: o pensamento negro, o negro no mundo e o negro como colonizador do novo mundo e os problemas centrais para o progresso do mundo negro. Estes encontros ajudaram o estudante negro proveniente da colônia, a pensar e a problematizar seriamente a sua situação enquanto homem negro colonizado.

Amílcar Cabral era um desses estudantes negros provenientes das colônias, e foi no CEA que ele terá sido introduzido no pensamento anticolonial vindo da França, a *Negritude*, isso pelas mãos de Mário Pinto de Andrade, através da obra *Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache*, de Leopold Sédar Senghor. Esta obra causou um grande impacto em Amílcar Cabral, o que fica evidente nas suas palavras, “coisas de que eu nem sonhava, poemas maravilhosos escritos por Negros de todas as partes do mundo francês que falam da África, de escravos, de homens, da vida e das aspirações dos homens... sublime... infinitamente humano... Este livro traz-me muito e, entre outras coisas, a certeza que o Negro está a acordar no mundo” (CABRAL, apud, LARANJEIRA, 1995, p.110). O impacto da *Negritude* fez Amílcar Cabral passar a incorporar o negro africano, nos seus textos, até então as poesias dele eram caracterizadas pela ausência de cor.

Alguns membros do CEA como, Amílcar Cabral, Alda do Espírito Santo, Agostinho Neto, Francisco José Tenreiro, e Mário Pinto de Andrade, tiveram trabalhos publicados na edição especial da revista *Presence Africaine* (*Les Étudiants noir Parlent*). Nesta edição Amílcar Cabral publica o texto, *O papel do estudante africano*, onde podemos constatar uma clara mudança no discurso de Amílcar Cabral, onde numa das passagens ele demonstra que “Agora é um novo negro que surge entre duas guerras, consciente dos problemas e da sua particular alienação, alienação colonial e reivindica o seu lugar nos quadros da vida econômica, social e política” (LARANJEIRA,2000,p.14).

Uma outra iniciativa do Centro resultou no caderno *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, em 1953, e foi organizado por Francisco José Tenreiro e Mário Pinto de Andrade. Segundo Mário Pinto de Andrade, o caderno era muito importante porque obrigava os jovens africanos “a estudar, a conhecer África, a pensar a nossa cultura”.

É de se destacar aqui a não participação dos estudantes cabo-verdianos no caderno *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*. O que segundo, Pires Laranjeira (2000) tal ausência se deve ao fato de que os estudantes cabo-verdianos estavam na altura divididos acerca do caráter regional do povo cabo-verdiano: português ou africano. Francisco José Tenreiro reforça essa idéia afirmando o seguinte:

“ A Poesia negra de expressão portuguesa é de todas a mais jovem... Poder-se-á estranhar a ausência de poetas de Cabo Verde: tal sucede por, em nossa opinião, a poesia das ilhas crioulas, com raríssimas exceções, não traduzir o sentimento da negritude que é a razão-base da poesia negra... Trata-se, porem, de uma poesia de características regionais bem vincadas, fruto da aculturação do Negro no Arquipélago, e, como tal, merecedora de um estudo muito particularizado” (TENREIRO, apud, LARANJEIRA, 2000, Pág.20).

Embora não tenha participado no Caderno, Amílcar Cabral diferente dos alunos cabo-verdianos, nunca hesitou em afirmar que o Arquipélago de Cabo Verde pertencia ao Continente Africano. Esse pode ter sido uma das razões que fez Amílcar Cabral decidir voltar para a Guiné-Bissau, para um aguardado reencontro com as suas raízes, e também poder conhecer a África profunda descrita pelos fundadores da Negritude, aliado também ao projeto de lutar contra a condição imposta ao homem negro africano.

Mas antes de falarmos da experiência de Amílcar Cabral na Guiné-Bissau, falaremos aqui de um outro órgão muito importante na sua formação política em Portugal, o Partido Comunista Português (PCP).

2.4. Partido Comunista Português (PCP)

O PCP foi fundado em 1921. A partir de 1943, já sob a liderança de Álvaro Cunhal, o partido começou a desenvolver uma base política. Forçado à clandestinidade pela ditadura salazarista, o partido adotou rigorosas linhas leninistas: pequenas células, disciplina severa, desconhecimento das identidades dos companheiros de partido e decisões tomadas de baixo para cima (Maxwell, 2006, p.106-107). E foi nessas condições que o PCP, como a oposição ao regime fascista de Salazar, conseguiu introduzir no meio estudantil particularmente no CEA, correntes ideológicas no caso, marxismo e leninismo, que se transformaram em importantes instrumentos de análise social para os estudantes. Nas palavras do jornalista Amâncio César: “ um dos fatores essenciais para a criação de um espírito revolucionário no nosso Ultramar deve-se, inegavelmente, às atividades do Partido Comunista e uma das suas organizações satélites – o Movimento de Unidade Democrática Juvenil ” (Mateus,1999,Pág.80). Esta afirmação de Amâncio César, e de alguns estudantes do CEA, nos leva a crer que o PCP, era a única força da oposição organizada no seio dos estudantes. O que ajudou o PCP, a exercer uma grande influencia no seio dos estudantes africanos mais politizados, foi a sua posição anticolonial e favorável à independência. Já em 1935, o então secretario geral do PCP, Bento Gonçalves, declarava:

“É-nos necessário, também, consagrar uma atenção especial ao trabalho anti-imperialista e, ao mesmo tempo, vencer as debilidades e as faltas da nossa atividade na organização da luta em defesa dos interesses dos povos coloniais oprimidos pelo colonialismo português, ajudá-los a conduzir a luta até á sua libertação completa” (Mateus,1999,Pág.80).

A influência exercida pelo PCP, no seio dos estudantes, particularmente os africanos se manteve ao longo dos anos, o que levou o angolano Pepetela⁴ a afirmar que os comunistas,

⁴ Artur Carlos Mauricio dos Santos, conhecido pelo pseudônimo Pepetela, é descendente de uma família colonial portuguesa, nasceu em Angola, é escritor, e lutou junto com MPLA, para a libertação da sua terra natal – Angola.

“Eram os únicos que têm uma organização eficaz. Dominam o movimento estudantil e podem ter certeza que os estudantes nada fazem sem o seu apoio ou pelo menos o seu aval. Até na Casa, sem que a malta saiba, eles têm uma grande influência. Os movimentos anticoloniais que foram surgindo, mesmo que independentes, foram sempre mais ou menos camufladamente encorajados por eles” (PEPETELA, apud, MATEUS, 1999, p.85).

O PCP e as suas organizações afins, como o Movimento da Unidade Democrática (MUD Juvenil), contavam com muitos estudantes africanos nas suas fileiras. Estudantes como Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Mário Pinto de Andrade e Vasco Cabral fizeram parte do MUD Juvenil. Eles participam de várias atividades e manifestações anticoloniais, o que originou a prisão pela PIDE em 11 de Novembro de 1950, de Marcelino dos Santos e Mário Pinto de Andrade. O PCP contribuiu muito para a conscientização dos jovens estudantes africanos em Portugal, através das suas lutas antifascistas e coloniais, e Mário Pinto de Andrade viria a afirmar que “toda a técnica da clandestinidade, nós aprendemo-la das organizações portuguesas” (MATEUS, 1999, p.76).

Gostaríamos de destacar aqui, que embora Amílcar Cabral tenha participado de todo esse processo em Portugal, o que nos permite observar a sua incondicional solidariedade com os movimentos opositores ao regime na luta antifascista, pouco se sabe sobre o quanto ele se envolveu nas atividades políticas. Alguns acreditam que uma possível falta de debate sobre a situação dos territórios colonizados e também a falta de uma posição, por parte dos movimentos políticos em relação ao futuro dos mesmos, pode ter afastado Amílcar Cabral de uma participação direta e ativa nos movimentos.

Mesmo tendo participado das atividades da CEI, do CEA, e do MUD juvenil, Amílcar Cabral sempre aparecia no boletim da PIDE com a seguinte descrição: “Moral e politicamente nada se apurou em seu desabono”. E em 1952 Amílcar Cabral seria contratado pelo Ministério do Ultramar para exercer a função de adjunto dos Serviços Agrícolas e Florestais na Guiné-Bissau, aonde chegaria no dia 20 de Setembro (CASTANHEIRA, 1995, p.32).

2.5. O Engenheiro Agrônomo na Guiné-Bissau

Amílcar Cabral chegou na Guiné-Bissau no dia 20 de Setembro de 1952, como pesquisador agrônomo, que iria exercer a função de adjunto dos Serviços Agrícolas e Florestais na Guiné-Bissau, precisamente na estação experimental de agricultura de Pessubé, em Bissau. Era o reencontro com o país que o viu nascer, a oportunidade de conhecer a África Negra que havia discutido exaustivamente no CEA com outros estudantes africanos. Segundo a primeira esposa de Amílcar Cabral, Maria Helena Rodrigues, ele,

Queria ir para a África tendo em mente um claro objetivo político. Queria ir para a Guiné mais tarde, mas teve sorte de poder ir logo. Você pode ter certeza de que sua ambição na vida era ir para Guiné e fazer um trabalho política. Só falava nisso. Sempre dizia que tinha de voltar para “casa” e lutar. Costumava dizer que tinha de aprender sobre o seu país e que só lá poderia realizar-se (LOPES, 2011, p.22).

A volta para Guiné-Bissau, também constituía a oportunidade de colocar em prática, os conhecimentos que tinha aprendido nos anos de formação no Instituto Superior de Agronomia (ISA) em Lisboa.

A atividade de Amílcar Cabral no domínio da agricultura acontece, sobretudo, no período em que trabalhou na Guiné-Bissau. Amílcar começou a exercer as suas funções no posto Agrícola Experimental do Pessubé, Bissau, tentando imprimir um certo dinamismo nos trabalhos, convicto de que ele “deve corresponder á necessidade da existência de uma estação de experimentação agronômica cujo objetivo seja o melhoramento da agricultura, base da economia da Província” (INEP, 1988, p.17). Com esta convicção Amílcar Cabral, exige das autoridades melhores condições de trabalho e materiais para necessários para que o Posto possa realizar os seus trabalhos. Caso contrario, “não valerá a pena alimentar por mais tempo a existência fictícia da sua atual existência”.

Com, um sinal positivo das autoridades, de iriam melhorar as condições do Posto, e animado com o caminhar das coisas, Amílcar Cabral resolve criar um *Boletim Informativo*, em 1953, onde seriam publicados quatro números no mesmo ano. O

referido Boletim tinha como objetivo, informar a população das atividades do Posto Agrícola Experimental de Pessubé, e o conteúdo do mesmo era elaborado, tendo em conta o *nível cultural* das pessoas a que se destinava.

Em 1947 Portugal, numa reunião em Londres, havia assumido o compromisso de proceder ao recenseamento agrícola “nas suas parcelas ultramarinas”. E coube ao engenheiro Amílcar Cabral, a realização do recenseamento em 1953, o que justifica o seu afastamento do Posto Agrícola Experimental de Pessubé. A tarefa incumbida a Amílcar Cabral, exigiu dele muito estudo e programação, que acabam resultando num trabalho que foi publicado no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. O estudo realizado acabou servindo de base para a realização do recenseamento agrícola na Guiné-Bissau (INEP, 1988, p.17).

Amílcar Cabral percorre todo o território da Guiné-Bissau tendo como objetivo, a realização do recenseamento agrícola, e este trabalho lhe deu a oportunidade de realizar um estudo aprofundado das condições agrícolas locais. Segundo Mário Pinto de Andrade, passados trinta anos, os estudos ainda eram considerados “a melhor fonte de conhecimento global da agricultura guineense”. Com o conhecimento adquirido, durante o recenseamento agrícola, Amílcar Cabral publica em 1954, no Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, um estudo intitulado *Acerca da utilização da terra na África Negra*, onde ele recomenda,

“A necessidade de aproveitar integralmente todos os recursos da África Negra (...) a necessidade de aplicar a riqueza proveniente desses recursos á própria África Negra; a necessidade de estabelecer uma estrutura agrária que não permita a exploração desordenada e gananciosa da terra; que não permita a exploração a todo custo do homem pelo homem; a necessidade de facultar ao Homem Negro o acesso a todos os meios de defesa contra a adversidade do clima; a necessidade de fomentar o desenvolvimento cultural do afro-negro, o que exige que se tire o máximo partido da sua própria cultura e da dos outros povos; necessidade de selecionar e aproveitar tudo quanto há de útil nos sistemas afro-negros de cultivo da terra, bem como tudo quanto, das técnicas européias, seja aplicável á África Negra”(INEP,1988,PÁG.18).

Este trecho demonstra um Amílcar Cabral, claramente preocupado em defender os interesses dos agricultores nativos, e ainda faz crítica, de como se estava a processar o desenvolvimento agrícola na Guiné-Bissau, exigindo como condição primária “ que os frutos do trabalho do afro-negro sirvam verdadeiramente o afro-negro”.

O recenseamento agrícola realizado foi também uma oportunidade de Amílcar Cabral, conhecer por perto as realidades do governo colonial português tal como eram experimentadas pela grande maioria da população, “conhecimento este vital para o sucesso da mobilização para a independência”. Podemos perceber que além de ter colhido informações relevantes acerca do uso da terra, do cultivo das plantas, das condições do solo, Amílcar Cabral colheu de modo não oficial, “conhecimentos estratégicos dos aldeões acerca do nível de descontentamento com a situação colonial e das prováveis respostas a um esforço de mobilização anticolonial pela independência” (LOPES, 2011, p.24). Isso reforça a idéia de que, influenciado pelos movimentos em Portugal, e pelas discussões no CEA, e na CEI, Amílcar Cabral, foi para Guiné-Bissau a fim de conhecer melhor a sua “África Negra”, e se possível liderar um movimento anticolonial. Amílcar enfrentou muitas dificuldades durante o seu trabalho visto que os “indígenas”, se recusavam a colaborar com os funcionários coloniais, pois “havia aprendido que as perguntas sobre o uso da terra, estilo de vida, modos de subsistência e criação de gado podiam ter graves implicações para eles e suas comunidades” (LOPES, 2011, p.24). Assim, sempre acabavam por mentir, ocultar informações ou enganar o funcionário colonial. Amílcar Cabral, estando a serviço do Governo colonial, teve o desafio de superar, a suspeita dos indígenas com relação aos funcionários coloniais.

Amílcar Cabral tinha outro objetivo político, que era saber o nível de descontentamento com o governo português no meio urbano, com o fim de organizar uma mobilização para a luta pela independência, o que se revelou extremamente difícil, visto que era “nos centros urbanos que a presença do sempre alerta Estado colonial era sentida com mais força” (LOPES, 2011, p.25).

Durante os seus dois anos de trabalho na Guiné-Bissau, Amílcar Cabral construiu amizades com varias pessoas, entre elas, Sofia Pomba Guerra, militante do Partido Comunista Português e proprietária de uma farmácia em Bissau, “entre os seus empregados conta-se um jovem, de nome Osvaldo Vieira, que, dez anos depois, virá a ser o responsável pela abertura da Frente Norte” (CASTANHEIRA, 1995, p.32). Assim em 1954, Amílcar Cabral organiza uma associação desportiva e recreativa, destinada a “filhos da Guiné”, para a prática de futebol e “o desenvolvimento de atividades nativistas, incluindo uma biblioteca”. Segundo Paulo Lopes (2011), com tal associação Amílcar Cabral pretendia na verdade instigar o surgimento de uma consciência política no seio do povo da Guiné-Bissau. A dimensão política que o clube havia ganhado fez com que as autoridades coloniais decidissem pelo fechamento do mesmo, e ainda pelo

fim das funções de Amílcar Cabral em Bissau, e cancelamento da sua residência permanente na Guiné-Bissau, tendo obtido somente uma autorização para a mãe e a família uma vez por ano.

A forçada volta para Lisboa não fez Amílcar Cabral, desistir do seu sonho de ver a Guiné-Bissau livre do domínio colonial. E foi durante uma dessas visitas anuais autorizadas pelo governo, que um Amílcar Cabral determinado a pôr em prática o seu projeto político, funda em Bissau, junto com alguns companheiros, o Partido Africano da Independência (PAI), no dia 19 de Setembro de 1956. Um tempo depois para ressaltar a importância da união da Guiné-Bissau e Cabo-Verde para uma luta conjunta, o PAI daria lugar PAIGC, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (LOPES, 2011, p.20).

Preocupada com as atividades de Amílcar Cabral no solo guineense, a PIDE que até então não tinha se instalado nas colônias, solicita um relatório a Polícia de Segurança Pública de Bissau (PSP). A PSP de Bissau envia então um relatório, alertando a PIDE que o casal comportou-se,

De maneira a levantar suspeita de atividades contra a nossa presença nos territórios de África com exaltação da prioridade dos direitos dos nativos e, como método de defender as suas idéias por meios legalizados, o engenheiro pretendeu e chegou a requerer juntamente com outros nativos a fundação de uma “ Agremiação Desportiva e Recreativa de Bissau”, não tendo o Governo autorizado a sua formação” (CASTANHEIRA,1995,Pág.32).

Uma importante lição que Amílcar Cabral, retirou da elaboração do recenseamento agrícola na Guiné-Bissau, foi de perceber a forma como estava organizada o sistema colonial português e o seu impacto sobre a população local.

2.6. A Dominação Colonial Portuguesa na Guiné-Bissau

Depois da conquista militar da Guiné-Bissau, Portugal decide estender a administração colonial a todas as partes do território.

A economia colonial portuguesa na Guiné-Bissau se destacava pela falta de infra-estruturas, e empresas que permitissem a exploração direta dos recursos

naturais, limitando toda a sua atividade economia na agricultura local. Os portugueses se limitavam a comprar os excedentes da produção agrícola da população local, e exerciam o seu domínio, fixando os preços de compra e venda, presos esses que se revelavam muito baixos quando comparados com os valores oficiais fixados por Lisboa.

Não obstante o baixo nível de investimento do governo colonial na Guiné-Bissau, a população guineense ainda era submetida a um conjunto de leis, que regulamentavam toda a vida administrativa, econômica, jurídica, política e social, retirando assim toda e qualquer autonomia ao território.

Em 1960, na cidade de Londres, Inglaterra, Amílcar Cabral publicaria um importante folheto intitulado *Fatos acerca das Colônias Africanas de Portugal*, o que representava a primeira denúncia do colonialismo português. A denúncia tinha como foco principal o sistema colonial português nos territórios colonizados da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

No que diz respeito a Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, acabou por destacar a situação jurídica e constitucional do país, claramente dominada pela Constituição Portuguesa e pelo estatuto do indígena. O que não permitia “quaisquer direitos políticos aos indígenas em relação a instituições não indígenas” (DUARTE SILVA, 2008.p.48).

Vivendo no próprio país os Guineenses, eram impossibilitados de participarem de qualquer tomada de decisões, e de decidirem sobre o funcionamento das instituições presentes no país. Assim a organização administrativa e política da Guiné-Bissau, ficava a cargo do governo português, que decidia “a vida política, econômica e social do povo da Guiné portuguesa”(LOPES, 2011, p.20).

Impossibilitado de participar da elaboração das Leis que determinavam “a solução dos problemas de caráter judicial”, o guineense, segundo Amílcar Cabral era julgado através de atos discriminatórios e arbitrários. Assim o povo da Guiné-Bissau estava “sujeito a todos os erros e caprichos das autoridades que o julgam” (CABRAL, 1978, p.80).

No que diz respeito ao aparelho administrativo colonial na Guiné-Bissau, gostaríamos de destacar a presença dos Cabo-Verdianos junto ao mesmo.

Como já tínhamos destacado antes, o governo colonial português, investia pouco na Guiné-Bissau, e esta falta de investimentos atingia todas as áreas, e uma delas é da educação. Havia poucas escolas no território guineense e o acesso era para poucos, o que se traduzia num alto índice de analfabetismo e falta de mão-de-obra qualificada. O governo colonial português, perante a grande relutância que os portugueses da

metrópole manifestavam quanto a idéia de trabalhar e residir na colônia, se viu obrigado a recorrer a mão-de-obra Cabo-verdiana, para suprir a falta do que ele chamam de “mão de obra educada” na Guiné-Bissau. Cabo Verde apresentava uma situação diferente da Guiné-Bissau no que diz respeito a educação escolar, havia escolas e a maioria tinha acesso a escola, o que lhe permite ter uma população mais preparada para assumir as funções oferecidas pelo governo colonial, na Guiné-Bissau.

Em 1925, os cabo-verdianos já constituíam 27% dos administradores, e 61% dos chefes de posto, os altos funcionários que eram responsáveis pela introdução das políticas coloniais de Portugal. Esses funcionários mantinham uma relação estreita com os colonizados, e exerciam o enorme poder concedido a eles pelo governo colonial e contra os quais os colonizados não tinham recursos. Os funcionários cabo-verdianos a serviço do governo colonial tinham as suas áreas de jurisdição, onde eram responsáveis pela “manutenção da ordem e tranquilidade pública”, coleta de impostos coloniais, e pelo recrutamento forçado de trabalho gratuito para a construção e manutenção de estradas, pontes, edifícios do governo e residências (LOPES, 2011, p.20). Para a manutenção da “ordem e tranquilidade pública”, respeito e submissão absoluto, que não obedecia as “regras” sofria punições sumarias (palmatórias e chibatadas). Os funcionários tinham a sua disposição a forma paramilitar conhecida como *cipais*, que eram responsáveis pelas prisões e administravam as punições, aterrorizando a população rural em geral (LOPES, 2011, p.20).

Isso tudo demonstra uma clara preocupação do governo português, de impor o seu domínio, usando métodos opressivos. O crescente numero de cabo-verdianos na administração colonial na Guiné-Bissau, os guineenses passaram a vê-los como uma certa hostilidade e desconfiança, do mesmo jeito que eram em Angola e Moçambique. Tanta na Guiné-Bissau, como em Angola e Moçambique, os cabo-verdianos já não eram vistos como um povo colonizado, explorado e abandonado á mercê da seca e da fome, mas sim eram vistos como colaboradores do governo colonial português. A hostilidade e desconfiança com que os cabo-verdianos eram vistos na Guiné-Bissau se transformaram em um grande desafio para o engenheiro Amílcar Cabral e o seu projeto político para a libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

No que respeita o uso sistemático da coerção e da violência para controlar os revoltados, Carlos Lopes (2011) alerta para o fato de ser uma característica exclusiva do colonialismo português, pois tais atos eram freqüentes nos territórios dominados pela

França e também os dominados pela Inglaterra e em todos os territórios colonizados na África.

A violência que a colonização portuguesa imprimia na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, trouxe para Amílcar Cabral a certeza de que, era necessário lutar contra a colonização: “vi gente morrer de fome em Cabo Verde e vi gente morrer de pauladas na Guiné, entende? Essa é a razão da minha revolta” (CABRAL, 1978, p.41). Tal como em Portugal, nos territórios colonizados, partidos políticos e organizações sindicais eram proibidos. Os conjuntos de leis discriminatórias e desumanas, aplicadas sobre o homem guineense, e que muita das vezes foi presenciada por Amílcar Cabral durante o tempo que ficou na Guiné-Bissau, e esse foi outro fator decisivo na sua formação.

2.7. As Organizações Sociais e Culturais na Guiné-Bissau colônia

Os povos que habitam a Guiné-Bissau, nunca viram com bons olhos a presença portuguesa nos seus territórios, o que desencadeou uma feroz resistência a dominação portuguesa. Os portugueses conseguiriam conquistar a parte continental da Guiné-Bissau só em 1915, através de violentas campanhas de “pacificação” com a captura do líder Pepel em Bissau, e consta que durante o seu interrogatório teria dito que “nunca se renderia, porque odiava os brancos” e que “se viesse a morrer e no outro mundo encontrasse brancos, declararia guerra contra eles” (LOPES,2011,p.18). No Arquipélago de Bijagós, ditas “campanhas de pacificação” só terminariam em 1936. Segundo o próprio Amílcar Cabral, a longa tradição de resistência á colonização portuguesa na Guiné-Bissau lhe serviu de inspiração na luta pela libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Pode-se dizer que foi desta tradição de resistência á colonização portuguesa, que surgiu o nacionalismo guineense, e através dele, o desenvolvimento de algumas instituições que foram importantes para o seu avanço. Portugal teve a implantação da Republica em 1910, e isso fez surgir as primeiras instituições socioculturais na Guiné-Bissau. Uma das primeiras instituições foi a *Liga Guineense*, criada em Dezembro de 1911. A Liga era constituída por comerciantes, funcionários coloniais, e trabalhadores marítimos. É importante ressaltarmos aqui que esta instituição esteve profundamente comprometida com os interesses coloniais portuguesa. Embora tenha sido a primeira organização política na Guiné-Bissau, A Liga nunca se propôs a ser a mensageira de um

nacionalismo guineense, capaz de levar o país a autonomia e a independência. Na verdade a organização tinha propostas educacionais, sociais e, sobretudo econômica, que estava sendo prejudicada pelas “campanhas de pacificação”(MENDY,1994,p.442).

A Liga Guineense, no desenvolver dos seus projetos, criou o Centro Escolar Republicano de Bissau. O Centro tinha como objetivo a construção de uma escola diurna, reservado aos seus associados e crianças pobres, e também uma escola noturna dedicada aos adultos e trabalhadores marítimos. Também existiu em Bissau o Grêmio Desportivo e Literário Guineense, que o objetivo pode ser resumido numa combinação entre os objetivos da Liga Guineense e os do Centro Escolar Republicano de Bissau.

Como destacamos anteriormente, o governo colonial português criou várias restrições nos territórios colonizados, e proibiam a criação de qualquer formação política. Mas mesmo assim permitiu a criação de várias associações voluntárias na Guiné-Bissau, que atuavam em diferentes campos, comercial, esportiva e recreativa. As associações que obtiveram o aval do governo colonial foram esses: Associação Comercial da Guiné, e Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Bissau, ambas criadas em 1920, a Associação de Proprietários e Comerciantes de Bolama, criada em 1947. Todas essas associações são do campo comercial. E no campo esportivo e recreativo foram: o Clube Internacional de Bissau, criado em 1929, o Clube Desportivo e Recreativo de Farim, criado em 1934, o Clube Desportivo de Bolama, criado em 1936, o Clube Desportivo de Bafatá, o Clube Desportivo Lisboa-Bolama, e a Associação de Desporto e Recreio, todos criados em 1954.(MENDY,1994,p.43)

A exemplo da Casa de Estudantes do Império e do Centro de Estudos Africanos, as associações esportivas e recreativas ora autorizadas pelo governo colonial português, se transformaram em espaços de reflexão, debates, e críticas a situação colonial da Guiné-Bissau, e de surgimento de uma consciência política que iria ser consolidada com a fundação dos primeiros movimentos políticos para a independência. As atividades citadas em cima permitiram uma ruptura com a resistência desorganizada, direcionada para fins econômicos e comerciais, e o surgimento de uma resistência ativa, política e nacionalista. É importante ressaltar que todas estas associações tinham um caráter urbano, o que viria a ser alterado pelo Amílcar Cabral e os seus companheiros com a criação do PAIGC, em 1956, e um dos projetos do partido era a união da população urbana e rural, para a luta da libertação.

2.8. Amílcar Cabral em Angola

Angola fica situada na Costa Ocidental da África, com um território de 1.266.700 Km², faz fronteira a norte e a nordeste com a República Democrática do Congo, a leste com a Zâmbia, a sul pela Namíbia, e a oeste com o Oceano Atlântico.



Figura 3 – Mapa da Republica de Angola

//Fonte: www.africa-turismo.com

Os primeiros portugueses chegaram no território que hoje é Angola, em 1482, numa expedição liderada por Diogo Cão a serviço da Coroa Portuguesa. Diogo Cão de imediato estabeleceu contactos com o Reino do Congo, segundo consta este foi o primeiro contacto de um homem europeu com os habitantes do território Angolano.

A maioria da população de Angola pertence ao grupo dos Bantus, que se distinguem em alguns subgrupos, entre eles os Ambundos e os Umbundos. Os Umbundos se encontram do Sul de Novo Redondo, até ao Sul da cidade de Benquela, e para o interior até ao distrito de Huíla e Bié. E os Ambundos habitam a região de Luanda e também de Uíge e Malange, indo até ao distrito de Luanda (CASTRO, 1980, p.84).

Assim como na Guiné-Bissau e em Moçambique, o governo colonial português aplicou em Angola o regime do indigenato, classificando a população entre “Civilizados” e “não Civilizados”. O recenseamento realizado em 1950 mostrava que em Angola existiam 4.145.266 habitantes, cujo 135.355 eram considerados “Civilizados” e 4.009.911 “não Civilizados”(CASTRO,1980,p.84). Angola com seus 1.266.700 Km² constituía o maior território colonizado por Portugal no continente

africano, acima de tudo era o território mais rico em termos de recursos naturais. Angola apresentava condições ideais para a produção de café, criação de gado e exploração de madeiras, mas o que mais atraía os portugueses, era o subsolo angolano, que apresentava uma variedade de minérios como, ouro, diamante, petróleo e carvão. Para Portugal, Angola era o “El Dourado” de todas as colônias na África. Levando em conta toda a riqueza citada aqui e a sua viabilidade tanto econômica como comercial, talvez podemos considerar Angola o território que mais sentiu o peso da colonização portuguesa, isto se a compararmos com as demais colônias portuguesas na África.

Segundo Amílcar Cabral (1960), Portugal pretendia transformar os territórios dominados, particularmente Angola e Moçambique, numa outra África do Sul. O que lhe “permitiria explorar ainda melhor os seus recursos e o trabalho dos africanos”. E para atingir os seus objetivos, Portugal decide estabelecer “colônias agrárias” nos territórios dominados, e uma das tarefas era incentivar a imigração em massa dos europeus para esses territórios.

Segundo as projeções de Amílcar Cabral (1960), só em Angola, Portugal gastaria 500 milhões de escudos no colonato de Cela, para a construção de 530 plantações numa superfície de 40 mil hectares, e a quantia era “constituída principalmente pelo rendimento do trabalho africano”. A instalação dos colonatos nas colônias e em particular em Angola tinha também como objetivo assegurar a presença portuguesa no território, o que permitiria ao governo colonial português, oprimir qualquer atividade nacionalista por parte de alguns africanos.

Para os colonos se estabelecerem, o governo colonial teve que expulsar e desapropriar os africanos dos seus terrenos, e a eles restava o trabalho forçado nas grandes empresas que demandavam uma grande quantidade de mão-de-obra. Esta situação obrigou muitas famílias a se deslocarem para outros territórios, em busca de melhores condições.

A instalação de cada família europeia “custa a Angola um milhão de escudos. Para que uma família africana de camponeses ganhasse essa quantia, teria de viver mil anos e trabalhar todos os anos sem interrupção” (Duarte Silva, 2008, p.53).

2.9. Trabalho forçado em Angola

Mesmo com o fim da escravidão e a conseqüente proibição do trabalho escravo, o governo português desenvolveu novas formas para continuar a utilizar a mão-de-obra

africana. Angola, o mais rico dos territórios colonizados, e cuja produtividade dependia e muito do trabalho e da mão-de-obra do negro-africano, foi vítima de grande exploração por parte do Estado português, assim como das empresas privadas. A brutal exploração dos trabalhadores negro-africanos, por parte do Estado e empresas privadas em Angola, fez surgir vários relatórios que tinham como objetivo, denunciar o trabalho forçado e as condições de trabalho precária a que esses trabalhadores eram submetidos.

Entre estes relatórios destacaremos aqui a Carta-Relatório de Henrique Galvão, que na época era inspetor da administração colonial. O próprio Amílcar Cabral faz menção a esse relatório, onde destaca a seguinte frase de Henrique Galvão: “Só os mortos escapam ao trabalho forçado (...). A situação atual é pior do que criada pela escravatura” (Duarte Silva, 2008, p.57). Se levarmos em conta que esta foi uma declaração de um alto funcionário colonial, chagaremos a conclusão de que a situação em Angola era no mínimo caótica. Na Carta-Relatório, Henrique Galvão, fez denúncias e apontava as razões que levaram á emigração de milhares de pessoas nas regiões onde vigorava o trabalho forçado. Entre as razões apontadas destacaremos os seguintes: salários baixos, maus-tratos aos trabalhadores, a falta de assistência medica, extorsão dos comerciantes sobre os trabalhadores e deslocamentos de trabalhadores para regiões impróprias. Segundo alguns relatos, este relatório foi publicado de forma clandestina pelo Partido Comunista Português, e circulou pelas mãos dos estudantes de Lisboa, e foi lido por Amílcar Cabral. No texto intitulado, A verdade sobre as colônias africanas de Portugal (1960) Amílcar Cabral afirma que todos os anos eram “alugados” 250 000 angolanos para trabalharem em grandes plantações, sociedades minerais e empresas de construções, e ainda segundo ele só a Companhia dos Diamantes de Angola utilizava 20 000 trabalhadores por ano. E o comércio do trabalho forçado, era uma das fontes de renda mais rentável para Portugal. Amílcar Cabral ainda aponta para uma elevada taxa de mortalidade entre os trabalhadores, o que rondava os 30%.

Os trabalhadores negro-africanos viviam em situações precárias em Angola, e do outro lado as autoridades que “alugavam” o trabalho forçado obtinham elevados lucros por cada trabalhador enviado para as plantações, mineradoras e grandes construções. Nas palavras de Amílcar Cabral,

“o trabalhador africano nunca teve o direito de se defender. Os “não civilizados” não têm o direito de se organizarem e os “assimilados” não podem fazer-se ouvir nem nos “sindicatos” fascistas de Salazar. Nas plantações, nas minas e em toda a parte, os horários de trabalho dependem inteiramente da vontade do patrão, ficando o trabalhador africano exposto aos caprichos e às sanções dos colonos – incluindo as violências físicas”(Duarte Silva,2008,Pág.58)

O trabalho forçado custou a vida de milhares de trabalhadores negro-africanos em Angola, e teve graves conseqüências econômicas e sociais, provocadas pela fuga de vários trabalhadores para os países vizinho.

Todo esse processo de exploração e conseqüente humilhação do trabalhador negro-africano foi presenciado pelo Engenheiro Amílcar Cabral, durante a sua estada em Angola, a serviço das grandes companhias agrícolas angolanas. E é sobre o trabalho de Amílcar Cabral em Angola que passaremos a tratar em seguida.

2.9. O trabalho de Amílcar Cabral em Angola

A produção e a exportação de alguns produtos como, algodão, cana-de-açúcar e café, constituíam a principal atividade econômica de Portugal em Angola, no período colonial.

Em Angola, num período de três anos (1956-1959) o engenheiro Amílcar Cabral realiza vários trabalhos na área da pedologia, a serviço de grandes companhias angolanas, onde teve a oportunidade de realizar alguns trabalhos de campo, ora individual ou em grupo, o que lhe possibilitou assim como já tinha acontecido na Guiné-Bissau, conhecer de perto as condições de trabalho precárias, a exploração e os abusos por parte dos patrões, que os trabalhadores estavam sujeitos nos campos de cultivo. O próprio Amílcar Cabral classificou as condições desumanas em que se encontravam os trabalhadores angolanos como sendo “uma nova forma de escravatura”.

Os trabalhos realizados e a conseqüente análise dos dados colhidos, lhe deu a oportunidades de constatar que as grandes companhias colônias em Angola, obtinham elevados lucros, o que não se traduzia em investimentos que possibilitassem um desenvolvimento econômico e social do território.

Falaremos agora das companhias coloniais, para as quais o Engenheiro Amílcar Cabral trabalhou em Angola. Para tal, teremos como base, os Estudos Agrários de

Amílcar Cabral (INEP, 1988), e o texto de Amílcar Cabral, publicado em Londres em Junho de 1960, A verdade sobre as colônias africanas de Portugal.

Durante o tempo que Amílcar Cabral realizou os trabalhos para as companhias coloniais em Angola, era acabou por assumir funções de diretor, organizador ou simples colaborador.

Começamos com a Sociedade Agrícola de Cassequel, onde o Engenheiro Amílcar Cabral foi diretor e responsável da Brigada de Estudos Agrológicos, isso de 1955 a 1956, e esteve sob encargo dele a realização da “ Carta de solos da propriedade agrícola de Cassequel”.

A Sociedade Agrícola de Cassequel *foi* criada em 1927, e era dona de uma propriedade agrícola que tinha mais de 3 000 hectares. O capital financeiro provinha do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, e a grande maioria dos seus funcionários eram africanos, e segundo dados de Amílcar Cabral a companhia ainda contava com 200 funcionários europeus. A Sociedade Agrícola de Cassequel tinha como a sua principal atividade agrícola, o cultivo da cana-de-açúcar. Os dados de Amílcar Cabral indicam que só em 1957, a *Sociedade*, produziu 28 723 toneladas de cana-de-açúcar, 1 383 522 litros de álcool e 1 703 toneladas de açúcar, obtendo no ano um lucro de um 1000 000 de dólares.

A próxima a contratar os serviços do Engenheiro Amílcar Cabral, foi a Companhia de Açúcar de Angola. Nessa Companhia, Amílcar Cabral foi Diretor e organizador da Brigada de estudos Agrológicos, e nela escreveu a “ Carta de solos da Fazenda Tentativa” e a “Carta de solos do Dembe”.

A Companhia de Açúcar de Angola, era a segunda maior produtora de cana-de-açúcar em Angola, só perdia para a já citada Sociedade Agrícola de Cassequel. A Companhia de Açúcar de Angola contava com duas fazendas, do Dembe Grande, e *Tentativa*. Durante o tempo que Amílcar Cabral trabalhou para a Companhia de Açúcar de Angola, ou seja, de 1956 a 1957, só na fazenda *Tentativa*, que na verdade era a maior que a Companhia tinha, foram extraídas cerca de 23 589 toneladas de açúcar, 308 toneladas de coco, e 820 de óleo de palma (Azeite de dendê). Assim como a Sociedade Agrícola de Cassequel, a Companhia de Açúcar de Angola, obteve um lucro de um milhão de dólares.

A terceira Companhia colonial pela qual, o Engenheiro Amílcar Cabral prestou serviços foi a Companhia de Agricultura de Angola (CADA). A Companhia era a maior produtora de café em Angola, na opinião de Amílcar Cabral era “produto da mais

elevada rentabilidade”. Na Companhia de Agricultura de Angola, Amílcar Cabral, desempenhou as mesmas funções que tinha desempenhado nas outras Companhias, ou seja, foi diretor e organizador da Brigada de Estudos Agrológicos, e ainda foi responsável do Estudo Agrológico de Cafeeiros. Os trabalhos realizados na Companhia, deram origem a “Carta de solos da fazenda Longa-Nhia” e “Os solos e a cultura do café nas roças do Amboim e Seles” em 1959. A Companhia de Agricultura de Angola possuía 250 000 hectares de terras dedicadas ao cultivo de café, e para a produção de coco eram dedicadas 4 969 hectares. A Companhia de Agricultura de Angola, segundo os dados de Amílcar Cabral contava com 10 000 trabalhadores negro-africanos e com cerca de 300 funcionários branco-europeus.

Além das companhias onde trabalhou em Angola, Amílcar Cabral menciona outras companhias coloniais existentes em Angola, que também obtinham elevados lucros. Uma delas é a Companhia dos Diamantes de Angola (DIAMANG), que era a única Companhia autorizada a explorar diamantes em Angola, e contava nas suas fileiras com 20 000 trabalhadores negros africanos.

A outra atividade agrícola que chamou a atenção de Amílcar Cabral em Angola, foi o cultivo obrigatório de algodão. Na Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, viu de perto a exploração a que os agricultores nativos eram submetidos, tinham que produzir somente Amendoim e arroz e depois tinham que vender esses produtos para os comerciantes europeus, por um preço estipulado pelas autoridades coloniais. Em Angola ele teve a mesma experiência, o agricultor negro-africano era obrigado pelas autoridades coloniais a produzir algodão, a atingir cota de produção estipulada pelas autoridades coloniais, e depois vendê-la em regime de exclusividade e em preços baixíssimos para os compradores europeus. A única “ajuda” que eles recebiam da parte das autoridades coloniais, era a doação de sementes de algodão, desprovidos de qualquer meio técnico, cada agricultor usava a sua técnica de cultivo na produção de algodão.

Ainda em Angola, Amílcar Cabral, realiza O Estudo do Microclima de um Armazém em Malanje, que tinha como objetivo, o estudo das características climáticas do referido Armazém durante os meses de Setembro a Janeiro, a fim de obter “o completo conhecimento dos ambientes relacionados com os produtos armazenados, tanto na metrópole como no ultramar” (INEP, 1988, Pág.275).

Os quatro anos de trabalhos no território de Angola causaram um grande impacto no Amílcar Cabral, visto que Angola representava o extremo de todos os sistemas coloniais que conheceu de perto (Guiné-Bissau e Cabo Verde). A experiência

em Angola, construída “á custa do trabalho forçado – escravatura – dos angolanos”, motivou o Engenheiro Amílcar Cabral a participar nas reuniões dos independentistas angolanos, O que talvez o tenha levado a se envolver diretamente na questão política para a luta contra o colonialismo português. Em 1956, Amílcar Cabral, participaria da criação em Luanda do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Embora tenha trabalhado, na Guiné-Bissau, e Angola, a serviço das autoridades e Companhias coloniais, Amílcar Cabral nunca deixou de fazer críticas ao sistema colonial, e o estado de abandono em que se encontravam as populações de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau. O trabalho na Guiné-Bissau e em Angola lhe deu a oportunidade de ter contacto com a terra, de se aproximar do mundo agrícola, e lhe permitiu verificar as desigualdades sociais provocadas pelas políticas do Governo colonial português.

Foram os trabalhos desenvolvidos na Guiné-Bissau e Angola, enquanto Engenheiro Agrônomo a serviço do Governo e Companhias colonial portuguesa, que permitiram Amílcar Cabral conhecer a África Negra, que ele só conhecia através das leituras de poesias da Negritude e outros escritos, tudo isso na CEI e no CEA. E também conheceu o homem negro-africano, ligado a terra, e os métodos usados por ele durante o cultivo. Ao conhecer a Africa-Negra, Amílcar Cabral viu de perto os problemas da colonização, e o seu impacto nas populações. Tais problemas e o seu impacto sobre as populações, motivaram o Engenheiro Amílcar Cabral, a desenvolver estratégias políticas e culturais para a independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, assim como de todo o continente africano.

**Capítulo III – Estratégias Políticas e Culturais de
Amílcar Cabral para a Independência da Guiné-
Bissau e Cabo-Verde**

3.1. Fundamentos teóricos do Engenheiro Amílcar Cabral

Amílcar Cabral, como líder do movimento independentista da Guiné-Bissau e Cabo Verde, percorreu vários países na África e em outros continentes, o seu sonho era ver os territórios colonizados livre do jugo imperial. Seguindo as suas convicções teceu duras críticas aos movimentos independentistas na África, pois segundo ele, nota-se uma ausência de ideologia, um desconhecimento das realidades africanas, a falta de vontade para construir um projeto próprio e a importação de metodologias estrangeiras para a África.

Segundo Amílcar Cabral,

por mais bela e atraente que seja a realidade dos outros, só poderemos transformar verdadeiramente a nossa própria realidade com base no seu conhecimento concreto e nos nossos esforços e sacrifícios próprios. Vale a pena lembrar neste ambiente tricontinental, onde as experiências abundam e os exemplos não escasseiam, que, por maior que seja a similitude dos casos em presença e a identificação dos nossos inimigos, infelizmente ou felizmente, a libertação nacional e a revolução social não são mercadorias de exportação” (CABRAL, 1978, p.73).

E ainda dando continuidade as suas críticas aos movimentos independentistas na África, Amílcar Cabral afirma que,

“a deficiência ideológica, para não dizer a falta total de ideologia, por parte dos movimentos de libertação nacional – que tem a sua justificação de base na ignorância da realidade histórica que esses movimentos pretendem transformar, constituem uma das maiores razões a maior fraqueza da nossa luta contra o imperialismo” (CABRAL, 1978, p.73).

Percebesse aqui que Amílcar Cabral acompanhava e dava opiniões sobre os vários movimentos anticoloniais na África.

Os anos de trabalhos tanto na Guiné-Bissau assim como em Angola, foram de grande importância para Amílcar Cabral, porque foram esses anos de trabalho que lhe deram o maior conhecimento das realidades africanas. Portanto as experiências e os conhecimentos adquiridos na Guiné-Bissau e em Angola, aliados às correntes

ideológicas, políticas e culturais que marcaram o mundo na segunda metade do século XX, marxismo-leninismo, a Negritude e o Pan-africanismo, formam a base que permitiram o Engenheiro Amílcar Cabral, construir e desenvolver, um projeto político cultural, adaptado ao contexto africano, em particular, Guiné-Bissau e Cabo Verde. A primeira atitude de Amílcar Cabral, foi conhecer e analisar as dinâmicas da sociedade colonizadora e colonizada. Amílcar Cabral usa da teoria marxista para efetuar a leitura da sociedade colonizada, com base no materialismo histórico e dialético, onde o conhecimento do processo histórico assume um papel central. Conhecer o processo histórico era para Amílcar Cabral um passo muito importante, pois, segundo ele, era um elemento essencial para compreender as diversas fases de desenvolvimento da sociedade. Amílcar Cabral fez uma análise do método dialético (materialismo histórico e dialético) utilizado por Karl Marx, para explicar as importantes mudanças ocorridas na história da humanidade, e chega a conclusão de que a leitura histórica realizada por Karl Marx não se adaptava as sociedades africanas colonizadas. É importante ressaltarmos aqui, que Amílcar Cabral, não discorda da leitura marxista da história da humanidade, mas sim da sua aplicação no que diz respeito as realidades africanas, porque a sua análise histórica foi centrada nas experiências europeias. Para Amílcar Cabral “aqueles que afirmam – e quanto a nós com razão – que a força motora da história é a luta de classes, decerto estariam de acordo em rever esta afirmação, para precisá-la e dar-lhe até maior aplicabilidade, se conhecessem em maior profundidade as características essenciais de alguns povos colonizados (dominados pelo imperialismo)” (CABRAL, 1978, p.74).

O chamado marxismo ortodoxo, dá muita importância a luta de classes, sobretudo o seu papel como um motor da história, em particular a que opõe a burguesia ao proletariado. Segundo Amílcar Cabral, tal concepção acaba por excluir da história a maioria dos povos do planeta, se for levado em conta que as classes, (segundo, Karl Marx e Friedrich Engels) são emanções diretas da história europeia. Ainda segundo Amílcar Cabral, no caso específico da Guiné-Bissau era impossível falar de uma luta de classes, pois não existiam classes sociais como tal na Guiné-Bissau sob o domínio colonial português (LOPES, 2011, p.101). É curioso notar que mesmo depois de quarenta anos da proclamação da independência, ainda é difícil falar da existência de classes sociais na Guiné-Bissau.

Amílcar Cabral, ainda discorda da aplicação na Guiné-Bissau da chamada ditadura do proletariado, uma vez que “ ela não se coaduna conosco, nós não temos

proletariado. As estruturas dos partidos marxistas não podem aplicar-se entre nós. O marxismo visava as sociedades industriais do passado ocidental” (CABRAL,1978, p.104).

Para Amílcar Cabral, a análise marxista acaba por excluir de todo o processo histórico da humanidade, as regiões, povos e épocas, onde a escrita não era utilizada. Pois consta no Manifesto Comunista que “a história de toda a sociedade até aqui é a história (escrita) de luta de classes” (MARX; ENGELS, 2004, p.36). A revisão de alguns conceitos, em particular o marxismo, foi de singular importância para Amílcar Cabral, pois ele, pretendia refutar qualquer teoria que deixasse de fora da história mundial os povos que haviam sido dominados.

Outra corrente ideológica que influenciou muito o pensamento de Amílcar Cabral foi o Leninismo. Para Amílcar Cabral,

o valor e o caráter transcendente do pensamento e da obra humana, política, científica, cultural – histórica – de Vladimir Litch Lenine são há muito já um fato universalmente reconhecido. Mesmo os mais ferozes adversários das suas idéias tiveram de reconhecer em Lenine um revolucionário conseqüente, que soube dedicar-se totalmente a causa da revolução e fazê-la, um filósofo e um sábio cuja grandeza só é comparável a dos maiores pensadores da humanidade(CABRAL,1978,p.89).

E ainda na palavra de Amílcar Cabral “para os movimentos de libertação nacional, cuja tarefa é fazer a revolução modificando radicalmente, pelas vias mais adequadas, a situação econômica, política, social e cultural dos seus povos, o pensamento e a ação de Lenine têm um interesse especial” (CABRAL, 1978, Pág.89). As duas citações demonstram o quanto Amílcar Cabral era apaixonado pelas idéias de Lenine, o pensamento e os feitos de Lenine o guiariam durante todo o processo da luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Amílcar Cabral, como líder do PAIGC, adotaria rigorosas linhas leninistas, assim como o Partido Comunista Português havia feito, quando foi forçado a clandestinidade, ou seja, pequenas células, disciplina severa, desconhecimento das identidades dos companheiros de partido ou uso de pseudônimos (Amílcar Cabral, se apresentava com Abel Djassi), e decisões tomadas de cima para baixo. O PAIGC, na figura do seu líder, dava uma especial atenção às crianças da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, pois segundo Amílcar Cabral “as crianças são as flores da nossa luta e a razão do nosso combate”, esta celebre frase por ter sido

inspirado no Lenine, pois segundo Amílcar Cabral “a dedicação as crianças tornou-se lendário, pois, para ele (Lenine) esses seres delicados e tantas vezes incompreendidos vítimas inocentes da exploração do homem pelo homem, são as flores da humanidade. A esperança e a certeza do triunfo de uma vida de justiça” (CABRAL,1978,p.90). Essa preocupação de Amílcar Cabral, talvez influenciado pela do Lenine com relação as crianças, levou o PAIGC, a desenvolver um programa de alfabetização para as populações das zonas libertadas pelo partido, em especial para as crianças pois, cuidar da criança é cuidar do futuro do país.

Amílcar Cabral, também fez uma análise do colonialismo que segundo ele, é o resultado de um processo histórico, que tinha uma “missão histórica”, que falhou quando foi aplicado aos territórios colonizados. Para Amílcar Cabral o impacto do colonialismo, foi positivo para o colonizador, pois lhe permitiu a acumulação de mais-valia, o desenvolvimento social e econômico, para o colonizado o resultado foi, a “paralisia e estagnação” do processo histórico e uma profunda desestruturação social.

A colonização teve um impacto extremamente negativo sobre os colonizados, e criou uma discrepância entre o colonizador e o colonizado, obrigando o colonizado a lutar pela conquista do seu processo histórico que lhe havia sido negado pelo colonizador. Para isso o colonizado precisava recuperar a sua independência econômica, social, cultural, e a sua liberdade política. A luta para a conquista destes direitos, que Amílcar Cabral chama de Cultura constitui a antítese de todo o processo histórico da sociedade colonizada.

Para Amílcar Cabral, a Cultura assumiu um papel de destaque no processo da luta pela independência nacional, e a define como a síntese das dinâmicas elaboradas e fixadas pela consciência social, para a solução dos conflitos em cada etapa da evolução de uma sociedade. Deste modo a cultura era o motor da história, uma vez que se tratava do nível de consciência e desenvolvimento do pensamento do homem colonizado, que tinha como grande objetivo a reconquista da independência e a sua personalidade histórica. A Cultura nesse caso, segundo Amílcar Cabral era a resposta da sociedade colonizada à violência a que foi submetida pelo colonizador. Tratou-se de uma resposta com um caráter violento, violência essa que Amílcar Cabral chamou de Libertadora, Revolucionária e organizada que tinha como objetivo a transformação da vida econômica, cultural e social das sociedades africanas colonizadas no sentido do progresso, e era uma forma de resistência contra o poder colonial. Para Amílcar Cabral,

perante a situação que se vivia, a violência “libertadora e revolucionária”, era o único recurso para a conquista da independência.

Segundo Alexis Wick (2011), as análises de Amílcar Cabral, acabam por apresentar um distanciamento e ao mesmo tempo uma integração no que diz respeito ao paradigma eurocentrista. Wick, ainda nos mostra que o Engenheiro Amílcar Cabral queria se distanciar do domínio ideológico hegemônico, mas mantendo algumas das suas categorias. Amílcar Cabral rejeitava de forma categórica certos rótulos, como por exemplo o conceito de feudalismo, por acreditar que não se adaptava a sociedade e realidade guineense, pois era produto de uma análise empírica estrangeira. Para Wick,

o pensamento de Cabral é cheio de contradições e é o que o faz ter interesse e força. Elas são resultantes do choque entre dois paradigmas de pensamento e não foram ainda resolvidas por ninguém. Cabral teve o instinto e a erudição de ultrapassar os limites do pensamento do que se chamou era moderna, sem cair nas indecisões de certos “pós-modernistas”. A sua abordagem realista e materialista permitiu-lhe equilibrar as imprecisões e as presunções das ideologias de então, nas quais se inspirava – e daí as contradições (Wick, apud LOPES, 2011, p.102).

Ainda segundo Wick, Amílcar Cabral manteve a sua fé na capacidade de transformação do político e na sua vontade de progresso, mas as vezes era traído pela sua história pessoal de intelectual formado na Europa.

O sonho de Amílcar Cabral era ver a Guiné-Bissau e Cabo Verde livres do jugo colonial, o que o levou a liderar o movimento da libertação nacional e a luta armada, mas antes precisou criar uma estrutura que desempenhasse a função de mobilizar, preparar o povo sob a direção de uma organização política sólida e disciplinada.

Foi neste contexto que surgiu o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), enquanto instrumento político e cultural, capaz de guiar o povo Guineense e Cabo-verdiano para a independência.

3.2. Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Além de exercer as suas funções como Engenheiro agrônomo na Guiné-Bissau, Amílcar Cabral tentou criar associações que pudessem juntar os Guineenses, e contribuir para um despertar dos guineenses contra o colonialismo, tal pretensão lhe custou o

emprego e o fim da sua estadia na Guiné-Bissau. Segundo algumas “informações” e alguns relatos das pessoas que vivenciaram a época, em 1955, um grupo de jovens que na época eram considerados “civilizados”, influenciados pela evolução política em Senegal e Guiné Conacri, criou em Bissau, o Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING). O MING, terá sido uma iniciativa de Amílcar Cabral, que contou com o apoio dos seus auxiliares da granja de Pessubé, embora não haja qualquer registro de atividades nacionalista deste grupo, segundo António Duarte Silva, a sua criação foi a verdadeira razão pela qual o Governo colonial decidiu pelo fim do emprego de Amílcar Cabral na estação agrária de Pessubé, e cancelar a sua residência permanente na Guiné-Bissau, mas autorizando-lhe uma visita anual a família.(DUARTE SILVA, 1997, p.42-43).

E foi durante uma das visitas autorizadas pelo governo colonial, que no dia 19 de Setembro de 1956, numa reunião restrita em Bissau, Amílcar Cabral junto com o seu irmão Luís Cabral (que viria a ser o primeiro presidente da Guiné-Bissau), Aristides Pereira, Fernando Fortes, Júlio Almeida e Elysée Turpin, criam o Partido Africano da Independência (PAI), que tinha como objetivo a “liquidação” do colonialismo português e alcançar a independência imediata da Guiné-Bissau e Cabo Verde e a união dos dois povos numa perspectiva da unidade africana. Para António Duarte Silva (1997), pela origem urbana, pequeno-burguesa e crioula, o PAI, parecia ter bebido a sua teoria, estratégia e organização no marxismo-leninismo, embora Amílcar Cabral tenha insistido na idéia que o PAI não tinha nenhuma filiação ideologia com o marxismo-leninismo e rejeitava o “modelo do partido comunista”. Nesta mesma reunião que terminou com a criação do PAI, também ficou decidido que Amílcar Cabral passaria a usar o pseudônimo Abel Djassi. Para Amílcar Cabral “ a natureza fascista do governo português e a condição jurídica da quase totalidade dos africanos da Guiné não podiam deixar-lhes senão uma via para o exercício das atividades políticas: a clandestinidade” (Duarte Silva,1997,p.31).

Depois da criação do partido Amílcar Cabral, regressou a Lisboa, onde em 1958, junto com alguns estudantes africanos criou o Movimento Anticolonialista (MAC), uma organização autônoma e ilegal criada com o objetivo de lutar contra o colonialismo. Nota-se aqui que Amílcar Cabral não media esforços na sua luta contra o colonialismo, pois mesmo depois de criar o PAI, e de já ter participado de vários movimentos anticoloniais em Lisboa e em alguns países africanos, em particular em Angola, ele ainda encontra forças para voltar a Lisboa e criar o MAC.

Voltando ao PAI. O partido procurava recrutar militantes nas camadas urbanas capazes de participarem na luta política: funcionários da administração pública e assalariados urbanos. Com isso o Partido pretendia estar representado no seio do movimento operário, o que viria a ser conseguido em 1957 com a eleição da sua lista para a direção do único sindicato existente na época na Guiné-Bissau, o Sindicato Nacional dos Empregados do Comercio e Industria da Guiné (DUARTE SILVA, 1997, p.43) Em 1958, o partido cria a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), o que representa até os dias atuais a maior organização sindical da Guiné-Bissau. O Partido viria a desistir dos seus propósitos sindicalistas, pois a experiência segundo alguns membros do PAI, apenas para provar que era impossível partir para uma ação legal na luta contra o colonialismo português. O abandono dos propósitos sindicais veio depois do acontecimento conhecido na Guiné-Bissau como *Massacre de Pindjiquiti*, uma greve dos trabalhadores do porto de pindjiquiti em Bissau, no dia 3 de Agosto de 1959 que foi brutalmente reprimida pelos militares e policiais do governo colonial. Uma chacina que terminaria com cinquenta trabalhadores mortos.

O massacre de pindjiquiti fez o PAI rever a sua estratégia, foi comprovado que o Partido, tinha limitações nas ações políticas desenvolvidas nos meios urbanos e que o governo colonial estava determinado em aniquilá-la. No dia 19 de Setembro de 1959, exatamente três anos depois da criação do PAI, foi realizada uma reunião que foi presidida por Amílcar Cabral, onde foi decidido que o partido abandonaria a estratégia que vinha adotando.

Segunda as palavras de Amílcar Cabral, a reunião de 19 de Setembro de 1959 foi a *mais decisiva* da história do Partido, porque foi nesta reunião que foi preparada a passagem da agitação nacionalista para a estratégia de luta de libertação nacional, e onde foram adotada três importantes decisões: o Partido deslocaria as ações para o campo (zona rural), mobilizando os camponeses, preparar-se para a luta armada, e transferir parte da direção para o exterior(DUARTE SILVA, 1997, p.43).

Marcado pela independência de dezessete países africanos, e o reconhecimento dos mesmos pela ONU, o PAI realiza em Outubro de 1960 em Dakar, Senegal, uma reunião de dirigentes, intitulada Conferencia de Quadros das Organizações Nacionalistas, onde foram aprovadas medidas que visavam finalizar a preparação da luta total pela independência. O Partido passou a adotar a sigla PAIGC, Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, tal mudança teve como objetivo reafirmar a política de Unidade Guiné-Bissau-Cabo Verde, também para demarcar do

PAI senegalês. Foram aprovados os Programa Maior e Programa Menor do PAIGC, que foram elaborados por Amílcar Cabral, foi escolhida a bandeira do Partido, e por ultimo foi decidido propor mais uma vez ao Governo português a abertura de negociações, e preparar, caso houvesse uma resposta negativa por parte de Portugal, o início imediato da luta armada.(DUARTE SILVA,1997,p.46).

Nesta mesma reunião foram aprovadas novas Mensagens a distribuir no interior por várias camadas da população. Amílcar Cabral foi designado formalmente como secretário-geral do PAIGC. O Partido pretendia ter a seu favor cerca de cinco mil membros, espalhados pelas diferentes regiões da Guiné-Bissau e pelos principais centros de Cabo Verde, e obter apoio no seio de todas a camadas sociais, e ficou decidido que a base do Partido seria no exterior (Conacri e Dakar), para melhor organizar a luta armada.

Na expectativa de a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovar a Declaração Anticolonialista, PAIGC endereçou um Memorando ao Governo Português, onde alertava que,

“Embora conhecendo de sobejo a posição adotada pelo Governo português em relação ao fenômeno da descolonização, que caracteriza o nosso século, os povos da Guiné e Cabo Verde e o nosso Partido têm estado a “esperar o melhor sem deixar de se preparar para o pior”. Temos esperado, com paciência, que os atuais dirigentes de Portugal se resolvam a analisar concretamente a situação dos nossos países e dos próprios interesses portugueses – e se decidam a reconhecer aos nossos povos o direito á autodeterminação, consagrado pela Carta das Nações Unidas e respeitado pela esmagadora maioria das potências coloniais.(Duarte Silva,1997,Pág.67).

Mais uma vez podemos perceber que o PAIGC, tinha como seu primeiro objetivo a conquista da independência por via do diálogo, mas sem descartar a via armada.

A experiência das guerras populares na China e Vietnam, e das guerras de guerrilha em Cuba e na Argélia, levaram os militantes do PAIGC, a concluírem que a luta armada era o único caminho que podia levar a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

O PAIGC começa a preparar a luta armada logo depois da já citada reunião em Dakar, desenvolvendo assim intensas atividades com o objetivo de formar militantes, implantar limítrofes na Guiné-Bissau, e procurar apoios internacionais, especialmente nos países socialistas e na ONU.

Amílcar Cabral e Aristides Pereira, enviam em Janeiro de 1961, um memorando ao Conselho de Solidariedade Afro-Asiática, com sede em Cairo capital do Egito, no qual, consideravam que “ a realidade objetiva é atualmente muito favorável á luta de libertação dos povos da Guiné e das ilhas de Cabo Verde iniciada, há alguns anos, contra o colonialismo fascista do Governo português”(Duarte Silva,1997,p.45), e aproveitam para pedir apoio ao movimento. O PAIGC solicita ao Conselho de Solidariedade Afro-Asiática, uma campanha de acusação do colonialismo português perante a opinião mundial, por todos os meios de expressão, e também medidas de represálias no plano diplomático. O Partido ainda solicita uma ajuda de natureza financeira, a fim de obter “materiais indispensáveis” para a luta contra as forças coloniais.

Em Março do mesmo ano Amílcar Cabral se deslocaria a Moscou, com o objetivo de obter apoio do Governo da então União Soviética, mas não teve êxito, pois os soviéticos ainda suspeitavam de tendências “pró-chinesas” do PAIGC, mas na volta acabou por conseguir uma ajuda militar do Marrocos e Gana (DUARTE SILVA, 1997, p.45). Na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, os dirigentes do Partido continuavam as suas buscas por militantes tanto para o campo política, assim como para o campo militar, pois estavam empenhados a começar uma luta armada que pudesse atingir todo o território nacional.

Já na vizinha Guiné Conacri, o PAIGC solicita a Ahmed Sékou Touré, um vasto programa de apoio, que acabou por não ser concedido. Os vários pedidos de apoio feito pelo Partido a diferentes organizações e países, deixavam evidente uma carência de materiais e armamentos para o desencadear da luta armada contra o colonialismo português. Mesmo com respostas negativas de alguns países Amílcar Cabral, envia um memorando enunciando a “ajuda concreta” que esperava receber: Material para luta ajuda financeira, preparação de quadros, e ajuda política e moral.

No dia 3 de Agosto de 1961, PAIGC organiza varias atividades, pois o massacre de pindjiquiti completaria um ano, e o Partido proclama a data como “dia de passagem da nossa revolução nacional da fase da luta política á insurreição nacional, á ação direta contra as forças colonialistas”(CABRAL,1978,p.112). Amílcar Cabral aproveita a data para fazer um balanço do que estava acontecendo no terreno, que segundo ele eram positivas, pois, as sabotagens econômicas e das vias de comunicação, aviam criado uma situação de insegurança para os colonizadores, paralisado a “exploração do nosso povo”, reforçado a organização e influência do PAIGC, e ainda ressalta que obtiveram

grandes avanços no aspecto militar, pois tinham instalado bases de guerrilha e apropriado de uma quantidade significativa de material de guerra do inimigo.

O balanço feito por Amílcar Cabral, pode ser questionado porque, existem relatos de que as ações do Partido haviam sofrido uma rápida e eficaz resposta das forças policiais e militares portuguesas, e também podemos basear nas palavras de Luís Cabral, que era um importante membro do PAIGC, segundo ele “em Conacri, não tinha sido possível dispormos do armamento que o Governo guineense tinha recebido para nós” enquanto “no interior, a situação tornava-se verdadeiramente insustentável” (Duarte Silva, 1997, p.47).

Ainda nos finais de 1961, PAIGC fazia mais uma tentativa para dialogar com o Governo português, mais uma vez sem sucesso, e envia uma carta á ONU, reafirmando a determinação de lutar pelo fim do colonialismo, e também a sua abertura para negociar com o Governo português. No dia 12 de Dezembro, Amílcar Cabral fala na sede das Nações Unidas perante a IV Comissão da Assembléia Geral, onde aproveitou a oportunidade para esclarecer ao povo português “uma vez mais que a nossa luta não é dirigida contra ele” e deixar claro para as Nações Unidas que,

“não estamos aqui para fazer propaganda nem para arrancar resoluções de condenação do colonialismo português. Estamos aqui para trabalhar convosco no sentido de obter uma solução concreta dum problema que é tanto nosso como da própria ONU – a libertação urgente do nosso povo do jugo colonial” (Duarte Silva, 2008, p.83).

Os apelos de Amílcar Cabral e nem as pressões da chamada comunidade internacional, fez o Governo português recuar na sua pretensão de manter as colônias a qualquer custo. Isso fez o PAIGC, partir definitivamente para a luta armada com o objetivo de libertar os povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde do jugo colonial português.

A luta armada de libertação nacional começou no dia 23 de Janeiro de 1963 com o ataque realizado pelos homens do PAIGC ao quartel de Tite, na margem sul do rio Geba, onde era o comando de um batalhão português. A guerra se desenvolveu rapidamente em todo o território nacional, o que levou Amílcar Cabral a afirmar que “foi mais a luta armada que se integrou na população que a população que se integrou na luta armada. Havia dezenas e dezenas de jovens prontos a combater, mas não

dispúnhamos de armas” (Duarte Silva,1997,Pág.48). As forças portuguesas haviam sido surpreendidas, pois não esperavam tanta ousadia da parte do PAIGC.

A situação na Guiné-Bissau mereceu uma análise do então Ministro da Defesa de Portugal, o general Manuel Gomes d’Araújo, onde distinguia duas situações: a interna e a externa. Na interna ele afirmava que “no Norte grupos de terroristas, mais ou menos numerosos e internados no Senegal, fazem por vezes incursões em território nosso, pouco profundas e de muito curta duração” e no que diz respeito a situação externa ele afirma que “ no Sul, grupos numerosos e bem armados, possuidores de certa preparação, feita no Norte de África e em países comunistas, penetraram no território nacional numa zona correspondente a 15% da superfície da província”(Duarte Silva,1997,p.48). Como início da luta armada, Amílcar Cabral e vários membros do PAIGC, percorreram vários países a procura de mais apoio e denunciando cada vez mais as atrocidades do colonizador. O Partido obteve significativos apoios que lhe permitiu intensificar a luta na Guiné-Bissau, infligindo pesadas derrotas as forças coloniais, o que levou muitos historiadores a classificarem a Guiné-Bissau como o Vietnam Português.

A luta armada durou onze anos, e o PAIGC, viria a proclamar unilateralmente a independência da Guiné-Bissau no dia 24 de Setembro de 1973, o que seria reconhecido por Portugal só em 1974. Assim podemos classificar o PAIGC, como o mais importante instrumento na luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, e que teve como o seu grande líder o Engenheiro Amílcar Cabral.

3.3. Formação de um Estado-Nação na Guiné-Bissau e Cabo Verde

A idéia de Estado-nação foi criada na Europa, nos finais do século XVIII, e início do século XIX, prolongando-se pelo século XX. O Estado-nação se afirma, através de uma ideologia, uma estrutura jurídica, a capacidade de impor uma soberania, sobre um povo num dado território com fronteiras (INFOPÉDIA, 2003). A idéia de pertencer a um grupo com uma cultura, histórias próprias e língua, a uma nação, sempre se apresentou como uma das marcas dos europeus, ideal esse que acabariam por carregar para os seus projetos coloniais. Segundo consta, a formação do Estado-nação foi feita com base na violência autêntica ou simbólica, exclusão do Outro (estrangeiro) e invenção do nacional.

Os Estados-nação europeus, baseados na idéia de que alguns povos ou nações eram superiores e tinha direito, e até mesmo obrigação de levar a civilização aos povos considerados inferiores, colocam em prática os seus projetos coloniais. Os Estados europeus decidem pela partilha da África, onde os territórios foram divididos consoante os seus interesses, permitindo a formação de territórios colonizados profundamente fragmentados, desestruturados no plano político e econômico, com uma grande diversidade populacional, lingüística, cultural e administrativa (INFOPÉDIA,2003).

Foi nestas condições que o Engenheiro Amílcar Cabral, encontrou a Guiné-Bissau e Cabo-Verde, no início da luta de libertação destes dois territórios, que tinham como o elo comum a ação colonizadora português.

A Guiné-Bissau e Cabo Verde não constituem, e é evidente, a entidade nacional homogênea que pressupõe a criação de um Estado-nação segundo o modelo teórico europeu, e na necessidade de construir uma plataforma de luta comum entre estes dois países, Amílcar Cabral criou o PAIGC.

O PAIGC, que nas palavras de Amílcar Cabral foi, a “obra mais importante” realizada pelos povos dos dois países ao longo da sua história, por se tratar de um movimento com “um sentido claro para hoje e para amanhã”. Amílcar Cabral e os seus companheiros ou camaradas, como eles mesmo diziam, criaram o PAIGC, não só para liderar a luta de libertação do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde da dominação colonial portuguesa, mas também tinham a idéia da construção de um Estado-nação durante e pós-libertação. O Partido tinha como objetivo: a libertação territorial, o desenvolvimento política, econômico e social e a construção de uma nação.

Amílcar Cabral queria ver a Guiné-Bissau e Cabo Verde livres do colonialismo, e também de qualquer espécie de exploração, pois “não queremos que ninguém mais explore o nosso povo, nem brancos nem pretos, porque a exploração não é só brancos que a fazem, há pretos que querem explorar mais que os brancos”(CABRAL,1978,p.106). Amílcar Cabral tinha ambição de criar estruturas alternativas, de responsabilização coletiva, que tendesse para a democracia participativa, ao invés de uma política ditada por hierarquia.

Como já descrevemos anteriormente, Amílcar Cabral nutria uma certa admiração pelas idéias de Lenine, e foi com base nas teorias leninistas, que ele defendia que deveria ser aplicada da Guiné-Bissau e Cabo Verde, uma democracia revolucionária, centrada nos conceitos de um “centralismo democrático e de direção coletiva”.

O centralismo democrático foi desenvolvido por Vladimir Llich Lenine, e para muitos é o modo como um partido revolucionário se organiza, e podemos defini-lo como um sistema de organização interna no qual, as bases do partido, confrontadas com uma determinada questão, tinham o direito a discussão livre da mesma. Nesta discussão, o que se preza é liberdade do debate e demonstração de idéias e pensamentos, e nela a crítica e a autocrítica são importante. Segundo os princípios do centralismo democrático, quando se discute uma determinada questão e é tomada uma decisão sobre a mesma, a sua aplicação deve ser adotada e executada na sua plenitude por todas as estruturas do Partido. Fica clara para nós que com a aplicação do centralismo democrático nos territórios da Guiné-Bissau e Cabo Verde, Amílcar Cabral pretendia impulsionar o debate político e a livre discussão de várias questões que se faziam presentes no seio do Partido e dos povos destes territórios.

No que diz respeito ao exercício do poder, Amílcar Cabral, em nome da democracia revolucionaria, exigia que os seus camaradas e dirigentes do PAIGC vivessem no seio da população, ou seja, do povo, e trabalhar para o partido com a certeza de estarem a trabalhar para o povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde (CABRAL, 1978).

Na democracia revolucionaria, o poder pertence ao povo, vem da maioria, mas é exercido pelo partido único. Segundo Amílcar Cabral,

No quadro de princípio da democracia revolucionaria (...) cada responsável deve tomar com coragem a sua responsabilidade, deve exigir dos outros respeito pelas suas atividades e deve respeitar as atividades dos outros e por outro lado, não devemos esconder nada ao nosso povo, não devemos enganar o povo. Enganar o povo é criar bases para a desgraça do Partido (CABRAL, 1978, p.114).

Seguindo a mesma concepção leninista (democracia revolucionaria), os organismos essenciais do PAIGC eram, o Congresso, Conselho Superior de Luta, e os Organismos Básicos.

O Congresso, organismo superior do PAIGC, onde eram debatidos todos os assuntos mais importantes, previamente discutidos em outras organizações do Partido. O Congresso tinha a função de eleger o Conselho superior da luta, estabelecer o programa e os estatutos do partido, e definir as táticas do Partido.

O Conselho Superior da Luta era uma delegação do Congresso, cabia a ele a eleição de um Comitê Executivo da Luta, e esse teria entre outras funções, a

responsabilidade de aplicar a doutrina política do Partido e também era responsável *pelas relações do Partido no exterior*. (ESTATUTOS,p.10)

Os Organismos Básicos eram os responsáveis por colocar em prática as decisões do Congresso. Eram constituídos por cinco departamentos, uma comissão de controle, uma comissão de segurança, uma comissão de Organização e orientação, e uma comissão de Reconstrução nacional.

No que diz respeito a organização territorial, o PAIGC queria a Constituição de uma Câmara de Representantes na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, que juntos iriam “estudar e decidir das possibilidades, das bases e da forma de realizar, no quadro da unidade africana, a união orgânica dos povos da Guiné e Cabo Verde, com fundamento nos laços de sangue e nos laços históricos que ligam esses povos” (Duarte Silva,2008,p.75)

Segundo os Estatutos do PAIGC, o território da Guiné-Bissau estava dividido e 11 regiões e 28 zonas, contrastando assim com as atuais 8 regiões e um Sector autônomo, e Cabo-Verde era dividido e 2 regiões e 9 zonas.

As zonas eram formadas por secções organizadas pelo PAIGC, e tinha como organismo superior a Conferencia de Zona, que realizava duas reuniões anuais para a escolha de delegados, discussão de assuntos relacionados com a zona e eleger o comitê da respectiva zona.

As regiões eram constituídas, por duas zonas, e contavam com um órgão superior que é a Conferencia regional, que realizava reuniões semestrais, e cabia a ela discutir as questões relacionadas com as respectivas regiões, e eleger os delegados para o Congresso.

Uma estratégia interessante do PAIGC foi a inclusão, do órgão do poder tradicional, e dos chefes tradicionais, no seu sistema de organização, o que nos faz perceber uma clara abertura do Partido para as estruturas tradicionais. Esta estratégia do PAIGC, além de integrar ao Partido estes grupos que eram um importante elo de ligação entre o povo e a luta de libertação, tinha como objetivo fazer renascer elementos positivos das sociedades tradicionais, dentro desta nova sociedade idealizada pelo Engenheiro Amílcar Cabral. Assim através do Partido, Amílcar Cabral, abre espaço para a participação de toda a população ou seus representantes, com uma atenção especial para as instituições ditas tradicionais, visto que elas exercem até os dias atuais uma grande influência, sobre as populações que representam.

Amílcar Cabral tinha como um dos objetivos a construção da sociedade guineense e cabo-verdiana, sociedades debilitadas pela colonização. E para isso visava liquidar a “exploração do homem pelo homem e de todas as formas de sujeição da pessoa humana a interesses degradantes, em proveito de indivíduos, grupos ou classes”(ESTATUTO,p.12). O Partido também defendia, a abolição do trabalho forçado, salários justos, liberdade sindical, limitação do horário de trabalho, e independência e desenvolvimento econômico, este ultimo segundo consta no Estatuto do Partido, passava pela “liquidação de todas as relações econômicas do tipo colonialista e imperialista”(ESTATUTO, p.5)

Todas estas propostas do PAIGC, tanto a nível, político, social e territorial não ficaram só no discurso do seu líder, o Engenheiro Amílcar Cabral, elas foram colocadas em prática nas zonas libertadas durante a luta armada, e protegidas pela força militar do Partido, as Forças Armadas Revolucionarias do Povo (FARP).

O PAIGC pretendia com o seu trabalho dar as populações da Guiné-Bissau e de Cabo Verde um poder que lhes havia sido tirados pelos colonizadores, e os instrumentos criados e disponibilizados pelo Partido, deram ao guineense e ao cabo-verdiano a possibilidade de controlar o seu próprio destino. O PAIGC teve o mérito de introduzir nos territórios sob o seu domínio, um estatuto político, uma organização política e administrativa, e deu aos habitantes a possibilidade de participarem na direção e funcionamento das instituições através de votos, o que os transformou em cidadãos, dotados de uma personalidade jurídica.

Em 1972, a eleição da Assembléia Nacional Popular na Guiné-Bissau, eleita numa votação democrática levado a cabo pela população das zonas libertadas pelo Partido, fez Amílcar Cabral afirmar que,

a situação que já conseguimos criar repousa sobre as realidades concretas da nossa terra e da nossa sociedade, nós não gostamos da guerra; mas esta luta armada tem as suas vantagens. Através dela estamos a construir uma nação que é sólida, cónscia de si mesma. Já libertamos mais de dois terços do nosso território nacional. Libertaremos o resto. E libertaremos as ilhas do arquipélago de Cabo Verde. Passo a passo vamos construindo o nosso Estado. A nossa posição presente é a de uma nação independente com uma parte do seu território nacional, especialmente os centros urbanos e as ilhas (Cabo Verde), ainda ocupada pelo inimigo. Através desta luta vamos conquistando o direito á nossa personalidade própria no domínio internacional (CABRAL, 1975, p.8).

O território contava com um órgão supremo de soberania do povo, o PAIGC, que viria a proclamar a independência e a existência jurídica do Estado Nacional da Guiné-Bissau, e preparar a respectiva Constituição.

3.4. Pan-africanismo

Embora o seu foco fosse África, a ideologia pan-africanista nasceu no Continente Americano. São considerados pais do Pan-africanismo, William Edward Burghardt du Bois e Henry Sylvestre Williams, e teve no Marcus Mosiah Garvey um dos seus grandes difusores. O pan-africanismo chegou a arena política através do grande líder independentista do Gana, Kwame Nkrumah⁵.

O pan-africanismo é um movimento ideológico que tinha como proposta a união de todos os povos da África como forma de potencializar a voz do continente no contexto internacional. O termo pan-africanismo seria usado pela primeira vez por Henry Sylvester Williams, numa conferência de intelectuais negros, que teve lugar em Londres, em 1900. E essa mesma conferência ficou marcada por uma resolução em defesa dos negros do território que é atual África do Sul que estavam vendo as suas terras sendo confiscadas pelos Ingleses.

Seguiram-se vários outros Congressos Pan-africanos, congresso de Paris em 1919, Bruxelas em 1921, o encontro de Lisboa em 1923 e Nova Iorque em 1927. Estes congressos foram marcados por reivindicações por parte dos africanos e afrodescendentes sobre alguns problemas do Continente, mas o que chama atenção foi a ausência de uma discussão sobre a partilha da África, o que viria a acontecer em 1945 no V congresso Pan-africano realizado em Manchester.

O continente africano, finalmente receberia uma Conferência dos povos africanos, em 1958 na cidade de Acra, capital de Gana, e contou com a participação de oito países - Egito, Etiópia, Gana, Líbia, Marrocos, Nigéria, Sudão e Tunísia. O encontro serviu para os países trocarem experiência, discutir assuntos de interesse comum, e principalmente procurar meios de consolidação e segurança dos países que haviam acabado de conquistar a independência, e procurar formais viáveis de apoio aos países que ainda estavam sob o domínio colonial. O espírito Pan-africanista que havia

⁵ Kwame Nkrumah- foi líder independentista do Gana, um dos fundadores do Pan-africanismo, foi o líder do governo de Gana entre 1957 e 1960, e assumiu a presidência do Gana de 1960 a 1966.

sido criado fora da África, levou mais de cinquenta anos para dar os seus primeiros passos dentro do continente negro, para a unidade africana.

A luz dos encontros começaram a surgir as primeiras tentativas de união entre os países, das quais podemos citar a união Senegal-Sudão em 1959, e a união dos Estados Africanos, que integrava, Gana, Guiné Conacri e Mali, e foi de 1960 a 1962. Estes esforços de unificação tinham como objetivo a construção de conjuntos geopolítico diferentes daqueles construídos pelos colonizadores, mas o objetivo acabou por não ser alcançado. Mas pode-se dizer que estas tentativas de união levaram os países a descobrirem fatores de idéias comuns, ou seja, a grande vontade de pôr fim ao colonialismo em todo continente africano, procurar mecanismos de prevenção contra o neocolonialismo, e apoio aos movimentos de libertação dos países ainda colonizados. (MATEUS,1999,p.124-127).

Talvez tenha sido influenciado pelas idéias pan-africanista, que o líder independentista da Republica da Guiné Conacri, Ahmed Sékou Touré⁶ criou o projeto que o mesmo designava de Grande Guiné. O ambicioso projeto de Sékou Touré pretendia anexar a Guiné-Bissau e a província de Casamansa ao Sul do Senegal, e segundo alguns analistas não aconteceu porque teve em Amílcar Cabral o seu maior opositor (CASTANHEIRA,1995p.192).

Em 1963, teve lugar em Adis Abeba, Etiópia, uma Conferencia dos estados africanos, onde foi criada a Carta da União Africana, que foi a base da Organização da Unidade Africana (OUA), e foi assinada por 31 dirigentes africanos. A OUA passou a ter como um dos objetivos, a promoção da unidade e solidariedade entre os povos africanos, e a eliminação de todas as formas de colonialismo em África. Para atingir este ultimo objetivo foi criado um Comitê de Coordenação para a Ajuda aos Movimentos de Libertação Nacional, que era constituído por nove países, Etiópia (país sede da organização), Argélia, Egipto, Congo-Leopoldville (atual Republica Democrática do Congo), Guiné-Conacri, Nigéria, Senegal, Tanzânia e Uganda (MATEUS, 1999, p.125).

O movimento pan-africanista sofreu algumas críticas, e Mário Pinto de Andrade chegou a se queixar do “isolamento irritante criado á nossa volta pela burocracia pan-

⁶ Ahmed Sékou Touré foi um grande líder político da Guiné Conacri, país que ele liderou de 1958 até a sua morte em 1984. Foi um dos primeiros nacionalistas guineenses (Conacri) envolvidos na luta de libertação.

africanista” e afirmava que “a solidariedade pan-africanista não tem apoiado suficientemente a nossa causa” (MATEUS, 1999, p.125).

Parecia que a criação da OUA, e os compromissos assumidos pelo mesmo mudariam o cenário da luta pela libertação na África, mas nada melhorou. Uma das primeiras decisões da OUA no que diz respeito aos movimentos independentistas na África foi reconhecer a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) de Holden Roberto, como único movimento de libertação de Angola, e ainda recomenda a dissolução do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e também se recusava a reconhecer o PAIGC de Amílcar Cabral.(MATEUS, 1999, p.125).

A OUA nunca conseguiu cumprir com as suas metas, o seu grande objetivo era eliminar todas as formas de colonialismo em África, mas só alguns dos seus membros como a Nigéria, o Gana, Argélia e Etiópia, respeitavam as promessas de ajuda aos movimentos de libertação nacional. O golpe liderado por Mabutu no Congo em 1965, a queda de Kwame Nkrumah no Gana em 1966, e o início da guerra civil na Nigéria em 1967, fez diminuir os números de apoiantes aos movimentos para a libertação nacional e também causou divisões na própria OUA. A luta independentista perde importante apoio com os problemas nos países já citados. (MATEUS, 1999, p.125).

A OUA voltaria a discutir a questão da libertação nacional com o fim da guerra civil na Nigéria em 1971, e no ano seguinte é realizada uma cimeira em Rabat, Marrocos, onde a OUA decide melhorar significativamente o estatuto dos movimentos de libertação, o que motivou o rei Hassan II, a receber os dirigentes dos movimentos independentistas e oferecer um milhão de dólares para o Fundo de Libertação da África. A OUA recebia ajudas financeiras, mas mesmo assim os países africanos e em particular a Guiné-Bissau, reclamavam do reduzido apoio que recebiam. Amílcar Cabral numa conversa com os militantes do PAIGC lhes dizia que “a África ajuda-nos. Como se sabe, somos um movimento que goza de muito prestígio no seio da OUA. Essa ajuda é-nos muito útil. Mas não corresponde às necessidades da luta, porque não se desenvolve com o impulso que a luta exige” (MATEUS, 1999, p.127).

O pan-africanismo e a possível unidade africana criaram algum entusiasmo no continente africano, mas vários fatores contribuíram para o seu fracasso. A questão territorial e fronteiriça, problemas de ordem populacional, cultural e lingüística, foram um dos problemas que contribuíram para o fracasso do pan-africanismo na África.

3.5. Amílcar Cabral/PAIGC e a Unidade Africana

Amílcar Cabral não lutou somente pela libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, mas pela libertação de todo o continente africano. Desde os primeiros momentos do seu ativismo, Amílcar Cabral manteve sempre contacto com outros africanos, e o seu compromisso com a África lhe fez viajar por todos os continentes, sensibilizando governos e instituições de vários países e chamando a atenção para a difícil situação dos povos do continente africano.

Amílcar Cabral teve o seu primeiro contacto com as idéias pan-africanista ainda em Lisboa, no Centro de Estudos Africanos (CEA), onde entre várias atividades, discutiam questões cruciais relativas aos povos, ao colonialismo e ao pan-africanismo. As leituras de obras pan-africanistas e a situação das colônias na África fizeram crescer em Amílcar Cabral o espírito africanista, e a certeza de que o africano precisava lutar pela liberdade.

Amílcar Cabral encontraria na Guiné-Bissau que a terra que lhe viu nascer, o terreno fértil para semear as suas idéias independentistas, e sem esquecer Cabo Verde que é o país onde os seus pais nasceram, e ele mesmo passou parte da infância e adolescência. Ao conseguir disseminar as suas idéias que visavam a libertação dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde, assim como de toda a África, Amílcar Cabral obteve apoio tanto do lado dos guineenses assim como dos cabo-verdianos, e ele se viu na necessidade de criar uma organização capaz de unir os dois povos para uma luta de libertação. Amílcar Cabral optou pela criação de um partido comum e capaz de unir os dois povos –PAIGC – criado em 1956, com uma designação pan-africanista e segundo Patrick Chabal (intelectual e importante africanista), é o partido político mais bem-sucedido na África e o primeiro de todos a ganhar a independência por meio de luta armada. Inspirado pela análise da situação de opressão e dominação em que viviam os povos da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, e firme propósito de se libertarem, Amílcar Cabral viu na Unidade entre os dois povos a maior arma na luta de libertação.

Mantendo a sua convicção pan-africanista, Amílcar Cabral, ajudou a fundar o MPLA, com Agostinho Neto, e desenvolveu laços de trabalho com vários movimentos independentistas em toda a África, dos quais citamos, Gana, Moçambique e Guiné-Conacri. E é verdade que foi baseado no espírito pan-africanista que a Guiné-Conacri, cedeu o seu território para que Amílcar Cabral e PAIGC estalassem a sua base, na qual eram planejadas as campanhas militares contra as forças coloniais na Guiné-Bissau. As

ações de Amílcar Cabral acabavam por reforçar a sua visão regionalista e pan-africanista, pois ele se sentia á vontade com os estadistas de expressão inglesa, na Gâmbia e no Gana, com os da expressão francesa, Senegal e Guiné-Conacri, e obviamente como os da expressão portuguesa, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Segundo John Fobajong (2011), Amílcar Cabral adotou o pan-africanismo para criar e se afiliar a organizações, e era uma forma de reivindicar a sua africanidade, algo que tinha sido negado aos africanos durante cinco séculos. E Amílcar Cabral preferiu fundar e associar-se as organizações que eram pan-africanista, pois essas organizações tinham uma visão de que a libertação não pode ser só nacional, mas sim de toda a África. Segundo a visão de Amílcar Cabral, “para que qualquer país africano seja verdadeiramente independente, toda a África tem de ser independente” (LOPES, 2011, p.174).

Amílcar Cabral também pregava que não havia “conflitos reais entre os povos da África”. Havia “apenas conflitos entre as elites”, e foi através destas convicções que ele transformou a rivalidade interna numa frente unida e conseguiu convencer os líderes dos vizinhos, Senegal e Guiné-Conacri, e outros estados da região a reconhecerem o PAIGC como único e legítimo representante da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

É importante salientarmos aqui que a defesa da unidade africana de Amílcar Cabral/PAIGC, antes de mais nada, passava pelo projeto de unidade entre Cabo Verde e Guiné-Bissau. Amílcar Cabral/PAIGC consideravam a união ou coordenação entre os povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde um dos primeiros passos rumo a libertação africana.

A fórmula da unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde defendida por PAIGC, esta presente no memorando enviado pelo Partido para o Governo português em 1960. Neste memorando o PAIGC propunha ao Governo português a eliminação total do colonialismo na Guiné-Bissau e Cabo Verde de uma forma pacífica, e no que diz respeito a unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde o documento preconizava o seguinte:

- A Constituição de uma Câmara de Representantes do povo da Guiné-Bissau, na base de um representante para cada trinta mil habitantes; e também a Constituição de uma Câmara de Representantes do povo de Cabo Verde, na base de um representante para cada dez mil habitantes. Tanto na Guiné-Bissau como em Cabo-Verde, a Câmara de Representantes seria eleita por um sufrágio universal, direto e secreto, “em eleições gerais e livres, controladas por uma Comissão Especial da ONU. Esta comissão deve ser

constituída por representantes dos países africanos”. Logo depois da sua constituição, as duas Câmaras de Representantes realizariam uma reunião conjunta para “Estudar e decidir das possibilidades, das bases e da forma de realizar, no quadro da unidade africana, a união orgânica dos povos da Guiné e Cabo Verde, com fundamento nos laços de sangue e nos laços históricos que ligam esses povos” (Duarte Silva, 2008, p.75).

Podemos perceber no memorando que a unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde, não é de todo um processo obrigatório, pois o Partido apresentava alternativas para os dois países caso não houvesse a unidade. A proposta alternativa do PAIGC previa a transformação das Câmaras de Representantes em Parlamentos Nacionais e passariam a ser órgãos supremos do legislativo dos dois países. E os parlamentos seriam responsáveis pela indicação dos respectivos Governos, que seriam os órgãos supremos do poder executivo. O PAIGC ainda determinou que “todos os assuntos da vida dos povos guineenses e cabo-verdianos deverão ser resolvidos e controlados por esses povos, através dos seus legítimos representantes. Esta condição é a base indispensável para os povos da Guiné e Cabo Verde poderem, em qualquer momento e em plena liberdade, determinar o seu próprio destino” (Duarte Silva, 2008, p.76).

Assim podemos classificar a unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde em dois períodos que foi pensada e desenvolvida. O primeiro período é durante a luta pela independência, que podemos chamar de unidade necessária, pois neste período a união representava uma força comum na luta contra o inimigo comum – a colonização portuguesa. Não se tratava de uma união política, uma vez que os partidos políticos eram proibidos, assim podemos considerar que a proposta de Amílcar Cabral era mais para uma “união psicológica” baseado no princípio da união faz a força. A segunda fase proposta por Amílcar Cabral correspondia ao período pós-independência, onde mais do que uma união política e territorial, ele defendia uma unidade complementar e coordenada entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Para Amílcar Cabral/PAIGC, esta coordenação e complementaridade eram necessários para o desenvolvimento de cada país assim como de toda África.

Outra questão que mereceu atenção de Amílcar Cabral foi, a das contradições e tensões internas da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Ele apresenta como exemplo a tensão que existia na Guiné-Bissau entre os guineenses e cabo-verdianos, uma vez que os cabo-verdianos foram utilizados pelos portugueses como agentes da ação colonial. O próprio Amílcar Cabral havia enfrentado dificuldades no Recenseamento Agrícola realizado por ele na Guiné-Bissau e a serviço do governo colonial. Tais dificuldades se

fizeram presentes, porque ele era visto como mais um cabo-verdiano a serviço do colonizador e, portanto um inimigo.

No entanto, levando em conta as diferenças históricas e cultural entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, Amílcar Cabral nunca adotou uma argumentação única, e nunca defendeu a existência de uma nação como uma entidade homogênea, e lembrando sempre que a unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde só poderia ser favorável a todos, através de uma responsabilidade coletiva e compartilhada. Essa visão de Amílcar Cabral e do seu Partido, se aproxima muito da corrente pan-africanista defendida por Kwame Nkrumah, que reconhece as diferenças económicas sociais e culturais dos territórios africanos, mas defende a unidade com base nos interesses comuns para a conquista da independência e na construção de um Estado sólido (LOPES, 2011,p.172).

3.6. A Formação do Homem Novo

Todos os intelectuais que escreveram ou fizeram alguma reflexão sobre os movimentos independentistas, são de comum acordo de que, uma das pedras angulares do discurso nacionalista é a idéia de um “homem novo”, cidadão de uma sociedade nova fundada sobre a Justiça, a Igualdade e o Amor. Este tema esta presente no pensamento de todos os nacionalistas revolucionários da época e encontra a sua expressão máxima nos escritos de Frantz Fanon, mais precisamente na sua obra, *Os Condenados da Terra*, onde faz um apelo “Pela Europa, por nós e pela humanidade, camaradas, é preciso arranjar uma nova pele, um novo pensamento e tentar criar um homem novo” (FANON, 1961, p.311). A idéia de “homem novo” segundo Alexis Wick indica “em primeiro lugar, o desejo romântico e ingênuo, mas autentico, de ver, finalmente, o início de relações sociais não fundadas na exploração e na dominação”(Wick Apud LOPES,2011,p.83). E ainda segundo Wick, é no discurso do “homem novo” que a origem social dos dirigentes aparece de forma mais explícita e marca singularmente a sua ideologia.

As alterações provocadas na estrutura social pela ação do colonizador, deu origem e favoreceu o desenvolvimento de um pequeno grupo, chamado de “pequena burguesia autóctone” e manteve um grande grupo composto pelas massas populares nativas que na sua grande maioria eram camponeses. A pequena burguesia autóctone e as massas populares nativas constituíram a base do projeto da formação de um “homem novo” africano integrado no processo histórico mundial.

O discurso do “homem novo” e a idealização da modernidade estática traduzem-se também pela negação dos critérios identitários locais. Num seminário de quadros do Partido, Amílcar Cabral anuncia que “aqui não há mais papel, fula, mandinga, filho de cabo-verdiano, nada disso. O que existe é o PAIGC” (CABRAL, 1978, p.203). Este discurso pode ser considerado mais uma recusa de conflitos de carácter étnico, do que uma recusa de identidade étnica em si mesma, pois Amílcar Cabral admira a identidade étnica como herança e um capital cultural colocado nos fundamentos da história. Para Amílcar Cabral os sentimentos “étnicos” não constituem problemas em si próprio, mas existe perigo quando esses sentimentos são usados por dirigentes oportunistas e ambiciosos á procura da sua promoção social. Amílcar Cabral conclui que “nós balantas, papeis, mandingas, descendentes de cabo-verdianos, podemos estar unidos, avançar juntos” (CABRAL Apud LOPES, 2011.p.86) Isso demonstra que Amílcar Cabral acredita que Unidade nacional não é homogeneidade, contrariando assim o slogan “para que a nação viva, a tribo deve morrer”. Amílcar Cabral, não se posiciona contra o sentimento étnico como tal, pois ela é uma realidade que deve ser levada em conta. Ele não põe em causa a identidade étnica enquanto tal, mas sim a sua instrumentalização, feita por pessoas ou entidades interessadas.

Para Amílcar Cabral, o valor positivo da etnicidade inscreve-se no quadro da sua importância na perseverança das populações a que respeita. Tendo em conta que ele concebe o imperialismo primeiramente como a negação da identidade autóctone, a luta de libertação é antes de tudo a afirmação do direito à singularidade local.

No processo de luta de libertação nacional, Amílcar Cabral/PAIGC, dera a educação um papel central, pois segundo Amílcar Cabral, mais do que fazer uma luta armada para a libertação física da colonização, era primordial fazer uma libertação intelectual e psicológica do homem negro africano de conceitos, comportamentos e valores impostos pelo sistema colonial. Por isso Amílcar Cabral/PAIGC considera a educação como elemento central para a evolução do homem. A proposta de educação abrangia todos os grupos sociais, com o objetivo de fazer o homem africano parte integrante do mundo, e passava primeiro pela aproximação da pequena burguesia das massas populares, através do processo de “reafricanização dos espíritos”.

Enquanto a pequena burguesia fazia o seu retorno às origens, que seria feito através de uma aprendizagem com as massas populares, estes por sua vez, deveriam ser alvo de uma educação. E uma das principais críticas de Amílcar Cabral á Cultura tradicional, foi por causa das suas crenças, o medo da natureza e o uso de remédios que

muito acreditam dar ao homem poderes sobrenaturais, pois segundo ele essas crenças mantinham o atraso do homem africano em relação às grandes inovações da humanidade. Deste modo Amílcar Cabral defendia uma educação para futuro, assente numa base científica, pois “a nossa cultura deve desenvolver-se numa base de ciência, deve ser científica, quer dizer, não acreditar em coisas imaginárias” (CABRAL, 1978, p.141).

Como uma das estratégias para combater o analfabetismo, PAIGC criou as chamadas Escolas-piloto nas zonas libertadas durante a luta de libertação, e um dos alvos do Partido era a sua força armada. A educação das forças armadas mereceu uma especial atenção de Amílcar Cabral, pois era conhecida por toda a África, a instabilidade política, social e econômica, causada pelos militares através de constantes golpes de estado.

O processo de formação de um “homem novo” revestiu-se de um duplo sentido; por um lado apelava a rejeição de todos os aspectos negativos da cultura colonizadora através do processo de assimilação crítica. E por outro lado, invocava que a própria cultura tradicional africana deveria ser “purificada”, ou seja, eliminar todos os seus aspectos negativos.

Assim como defendia para a cultura, a conquista da independência ou a construção nacional, Amílcar Cabral defendia que o processo da formação do “homem novo” deveria ser uma formação constante e dinâmica, ou seja “educar-nos a nós próprios, educar os outros, a população em geral. Aprender na vida, aprender junto do nosso povo, aprender nos livros e na experiência dos outros. Aprender sempre” (CABRAL, 1978, p.158).

Deste modo Amílcar Cabral defendia que toda a cultura e conhecimento adquirido ou produzido pela pequena burguesia e as massas populares nativas, grupos que saíram da sociedade colonizada, deveriam ser colocados ao serviço da formação deste “homem novo” especificamente o homem negro-africano, guineense e cabo-verdiano.

Considerações Finais

O Engenheiro Agrônomo, Amílcar Lopes Cabral teve um percurso único entre todos os líderes independentistas do continente africano. Filho de pais cabo-verdiano nasceu na Guiné-Bissau, passou a adolescência em Cabo Verde e estudou Agronomia em Portugal, tendo voltado para a Guiné que até então conhecia pouco, para trabalhar como Engenheiro Agrônomo a serviço do Governo português. Esta trajetória permitiu a Amílcar Cabral, acumular experiência e conhecer de perto a realidade dos dois países pelo qual lutou, e também conhecer a realidade do país colonizador, nesse caso Portugal. Amílcar Cabral foi o único líder independentista da chamada “África portuguesa”, que conhecia profundamente os países e as populações que ele e o seu Partido lideravam na luta pela independência.

A adolescência em Cabo Verde, a formação em Portugal, o Recenseamento Agrícola na Guiné-Bissau, e os serviços prestados em Angola, foram de grande importância na vida de Amílcar Cabral, porque foi durante essas fases que ele adquiriu conhecimentos e uma visão particular da África, o que lhe possibilitou desenvolver um conjunto de estratégias que tinham como objetivo a libertação física, social, econômica, política e psicológica dos africanos e territórios colonizados em particular a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Para atingir esses objetivos Amílcar Cabral cria o, Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC, que se transformou em organização-chave que lutaria pela independência dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Amílcar Cabral não viu a África e nem a Guiné-Bissau e Cabo Verde livres do colonialismo, o que se deve ao fato dele ter sido brutalmente assassinado no dia 20 de Janeiro de 1973 em Conacri. A morte de Amílcar Cabral deixou evidente a eficiência da sua liderança, pois o movimento da libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde não se desmantelou, e ainda intensificou as suas ações, o que culminaria com a proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau no dia 24 de Setembro do mesmo ano, e a independência de Cabo Verde seria alcançada quase dois anos depois, ou seja no dia 5 de Julho de 1975.

Durante todo o processo da luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, Amílcar Cabral pretendia preparar terreno e lançar as bases que iriam dar origem ao futuro Estado-nação guineense e cabo-verdiano, e tinha como objetivo fundamental a melhora significativa da vida das populações libertadas no nível social, econômico e cultural.

O que chama atenção no projeto de Amílcar Cabral é a forma como ele conseguiu interpretar as realidades sociais e econômicas da Guiné-Bissau e Cabo Verde, a forma como ele adotou e reformulou várias teorias internacionais para adaptá-las a realidade guineense e cabo-verdiana, e também a forma como imaginou a estrutura dos futuros Estados e nações, e acreditava no nascimento do “homem novo”, que construiria o seu país e o seu continente ao serviço da humanidade.

Amílcar Cabral foi um líder visionário e carismático, e exercia uma certa supremacia entre os dirigentes nacionalistas das colônias portuguesas, a ponto de ser ele a dirigir uma delegação que foi recebida pelo Papa Paulo VI em 1970. A sua liderança era muito respeitada e admirada, e isso lhe deu a oportunidade de ser o primeiro líder de um movimento independentista a discursar perante o conselho de segurança das Nações Unidas, e dois meses depois a Guiné-Bissau seria o primeiro território colonizado e em guerra contra a colonização a ser visitado pela Comissão de Descolonização das Nações Unidas.

António Duarte Silva considera que Amílcar Cabral “foi um dos maiores dirigentes das lutas de emancipação em África, ao lado de Frantz Fanon, de Nkrumah e, atualmente, de Mandela. Não só do ponto de vista político e militar, mas também intelectual e diplomático” (DUARTE SILVA, Apud CASTANHEIRA, 1995, p.195). Outros analistas e estudiosos da luta pela libertação da África consideram Amílcar Cabral, “o mais prestigiado dos chefes dos movimentos de libertação nacional” e um dos mais “importantes pensadores políticos da nova África”.

Não discordamos destas afirmações, mas gostaríamos de ressaltar aqui que Amílcar Cabral, assim como todos os outros líderes dos movimentos de libertação nacional, cometeu alguns erros na elaboração do seu projeto de luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Um dos erros na nossa concepção foi o projeto da união da Guiné-Bissau e Cabo Verde, que claramente foi influenciado pelas idéias Pan-africanistas e de uma possível união africana. Amílcar Cabral via a unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde como uma solução e não um problema, “ignorando” assim as diferenças culturais entre os dois territórios.

O projeto da unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde teve oposição tanto por parte dos nacionalistas guineenses assim como cabo-verdianos, mas Amílcar Cabral levou adiante o projeto, pois ao concretizar-se, quebraria com as concepções ocidentais de um Estado-nação homogêneo e ainda defendia que “a maior asneira que se podia fazer na nossa terra seria criar na Guiné, partidos ou movimentos na base de etnias (...) Em

Cabo Verde, seria absurdo pensar em criar um Partido de gente que tem alguma coisa e um Partido de gente que não tem nada, para lutar contra o colonialismo português”(CABRAL,1978,p.169).

Reconhecemos aqui que o princípio da Unidade Guiné-Bissau-Cabo Verde foi um elemento essencial da formação, da natureza, da política e, sobretudo, do êxito político-militar do PAIGC, e, portanto, da independência da Guiné-Bissau e mais tarde de Cabo Verde. Era a razão e o grande sonho de Amílcar Cabral, pois ele considerava este projeto “irrealizável sem a unidade das forças das duas comunidades”. Mas o projeto foi também, sempre um fator de tensão e divisão em ambos os territórios e é, certamente, a explicação última das maiores crises que o PAIGC atravessou ao longo da sua história.

A união que se fez necessária durante a luta pela independência, se transformou em problema no período pós-independência, pois para nós a Unidade dos dois territórios se sustentava na figura de Amílcar Cabral, e com a conquista da independência e principalmente o seu desaparecimento físico, fez renascer as velhas, mas sempre presente diferença geográfica e principalmente cultural dos dois povos. Os conflitos existentes entre os guineenses e cabo-verdianos, que teve na sua origem o fato dos cabo-verdianos terem trabalhado a serviço da colonização, e os interesses do grupo que assumiu o poder após a independência, acabaram por deitar a terra os sonhos do Engenheiro Amílcar Cabral no dia 14 de Novembro de 1980, com o golpe de Estado, orquestrado pelo chamado Movimento Reajustador e liderado pelo então primeiro-ministro, João Bernardo Vieira (Nino), que derrubou o presidente Luís Cabral (irmão de Amílcar Cabral e cabo-verdiano) e Governo composto na sua grande maioria por cabo-verdianos. O chamado Movimento Reajustador suspendeu a Constituição da República, instituindo o Conselho da Revolução, formado por militares e civis. Terminaria assim o projeto de unificação dos dois países e o sonho pan-africanista de Amílcar Cabral. Logo após a queda de Luís Cabral, os dirigentes políticos Cabo-verdianos decidiram desvincular-se do PAIGC, formando um novo Partido, designado PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde), o que demonstra uma total ruptura política.

O Movimento Reajustador apontou a falta de diálogo e a crise social no país como as causas que levaram ao golpe de Estado, mas o que para muitos provocou o golpe, foi o fato da chamada pequena burguesia nativa ser constituída por cabo-

verdianos. E foi esta pequena burguesia nativa que assumiu o poder, alias como já previa Amílcar Cabral “ora os fatos têm demonstrado que a única camada social capaz, tanto de consciencializar em primeiro lugar a realidade da dominação imperialista, como de manipular o aparelho do Estado, herdado dessa dominação, é a pequena burguesia nativa” (CABRAL, 1978, p.86). A tomada de poder por parte deste grupo, pode ter despertado um sentimento de revolta entre os guineenses, pois segundo o relato de alguns ex-combatentes da liberdade da pátria, enquanto o guineense era enviado para treinamento militar, o cabo-verdiano era enviado para a Universidade, fato que fazia do cabo-verdiano a pessoa mais apta a assumir o poder.

Talvez a maior fraqueza das estratégias desenvolvidas por Amílcar Cabral para a libertação/construção da Guiné-Bissau e Cabo Verde, tenha sido o fato de que sempre tiveram por base o seu idealismo e confiança de que os homens podem um dia mudar. Amílcar Cabral criou o PAIGC, e desenvolveu as estratégias da luta pela libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, segundo as suas idéias e valores, e conseguiu unir os diferentes grupos étnicos da Guiné-Bissau e o povo cabo-verdiano em torno de uma causa comum, que era a luta contra o colonialismo português. Mas o seu assassinato veio a deixar evidente que ele era o único capaz de sustentar a unidade que ele mesmo forjou. Luís Cabral assumiu o comando do Partido e da luta, mas embora seja o irmão de Amílcar Cabral, ele não tinha o mesmo carisma e poder de liderança do irmão, e também não gozava de prestígio e simpatia por parte dos guineenses, por ele ter nascido em Cabo Verde e não ter nenhum vínculo com a Guiné-Bissau.

A historiografia atual e os novos instrumentos que ela nos oferece nos permitem verificar os erros de avaliação cometidos por Amílcar Cabral, mas mesmo assim achamos que os projetos e o pensamento de Amílcar Cabral têm de ser, naturalmente, estudados e analisados levando em conta a época em que foram realizados.

Bibliografia

- ANDRADE, Mário Pinto de. **Origens do nacionalismo africano** – continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: **A África sob dominação colonial**, 1880-1935. Org. Albert Adu Boahen. São Paulo/Paris: Ática/UNESCO, História Geral da África, vol. VII, 1991.
- CABRAL, Amílcar. Nacionalismo e cultura. Galiza. Edicións Laiovento, 1999.
- Analise de Alguns tipos de resistência: Bolama ed. Imprensa Nacional, 1979.
- Unidade e Luta I. A Arma da Teoria. Textos coordenados por Mário Pinto de Andrade, Lisboa: Seara Nova, 1978
- Unidade e luta II. A pratica revolucionaria. Textos coordenados por Mario Pinto de Andrade. Lisboa. Seara Nova, 1977.
- Guiné-Bissau – nação africana forjada na luta. Lisboa. Nova Aurora, 1974.
- CABRAL, Juvenal. Memórias e Reflexões, Edição do Autor, 1947.
- CABRAL, Luís. Crónica da libertação. Lisboa. Edição O jornal, 1984.
- CASTANHEIRA, João Pedro. Quem Mandou Matar Amílcar Cabral. Lisboa ed. Relógio D'água, 1999.
- CASTRO, Armando. O sistema colonial português e África (meados do seculo XX). Lisboa, Editorial caminho, 1980.
- DAVIDSON, Basil. A libertação da Guiné, Aspectos de uma revolução africana. Lisboa, Sá da Costa, 1975.
- DUARTE SILVA, Antonio E. Amílcar Cabral: Documentário (textos políticos e culturais). Lisboa ed. Cotovia, Lda 2008.
- A independencia da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa. Porto, Edições Afrontamento, 1997.
- Estudos Agrários de Amílcar Cabral:** INEP (Bissau) e Instituto de investigação científica (Lisboa
- FERREIRA, Manuel. Do Reino de Caliban I. antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa: Cabo Verde e Guiné-Bissau. Lisboa. Seara Nova, 1975.
- Fundação Amílcar Cabral.** Cabral no cruzamento de épocas – comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral. Cabo Verde: Alfa Comunicações, 2005.
- FANON, Frantz. Pele negra, mascaras branca. Porto. Paisagem, 1975.

- Os condenados da terra. Lisboa: editora Ulisses, 1961.
- FLEISCHER, Helmut. *Concepção marxista da historia*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- GEERTZ, C. **O Saber Local: Novos Ensaio**s em Antropologia Interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- Historia Concisa de Cabo Verde. Praia, Instituto da Investigação e do patrimonio Cultural, 2007.
- KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- LARANJEIRA, J. L. Pires. *Negritude Africana de lingua portuguesa. Textos de apoio (1947-1963)*, Braga: Angelus Novus, 2000.
- A negritude de lingua portuguesa. Porto: Afrontamento, 1995.
- LABAN, Michel. *Cabo Verde: encontro com escritores*. Porto, Fundação Eng. Antonio de Almeida, 1992.
- LOBO, Andreia de Souza. *Tão longe, tão perto. Organização familiar e emigração feminina na ilha de Boavista. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós –graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília*, 2006.
- LOPES, Carlos. *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. São Paulo, Editora UNESP, 2011.
- *Mansas, Escravos, Grumetes e Genticos: Cacheu na encruzilhada de civilizações*. Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1993.
- *Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau*. Lisboa, Edições 70, 1991.
- *A transição historica na Guiné-Bissau*. Lisboa, Florida grafica, 1987.
- MAXWELL, Kenneth. *O imperio derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- MATEUS, Dalila C. – *A Luta pela independência. A formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA, e PAIGC*. Lisboa: Inquérito 1999
- MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro, Editora Garamond Ltda, 1998.
- MENDY, Peter Karibe. *Colonialismo português em África: tradição de resistencia na Guiné-Bissau, (1875-1958)*. Bissau, INEP, 1994.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MENDES, Afonso. *A Huila e Moçamedes: Considerações sobre o indígena*. Lisboa. Ministerio do Ultramar, 1974.

MUNANGA, Kabengele. *Cultura, Identidade e Estado Nacional no Contexto dos Países Africanos*. In: **A Dimensão Atlântica da África**. II Reunião Internacional de História de África, São Paulo: CEA-USP/SDG-Marinha/CAPES, p. 297-305, 1997.

PAIGC – Manual político. Porto, Afrontamento, 1974.

----- Estatutos.

PÉLISSER, René. *Historia da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegambia: 1841-1936*. Lisboa, Estampa, 1989.

PEREIRA, Aristides. *Guiné-Bissau e Cabo Verde – Uma Luta, um partido, dois países*. Editora Nacional, Lisboa, 2002.

Simpósio Internacional Amílcar Cabral. Continuar Cabral. Cabo Verde, Grafedito/Prelo Estampa Editora, 1984.

TELO, Antonio José. *Portugal na Segunda guerra mundial: 1941-1945*. Lisboa, Univesidade de Lisboa: Faculdade de Letras, 1989.

WESSELING, Henk L. *Dividir para dominar: a partilha da África 1880-1914*. Rio de Janeiro. Editora UERJ; Editora Revan, 1998.

VICENTE, Lopes José. *Cabo Verde: os bastidores da independencia*. Praia, Spleen Edições, 2002.

Estado-nação, disponível em : [HTTP://WWW.INFOPEDIA.PT/](http://www.infopedia.pt/)

Historia e estatutos de PAIGC, disponível em : www.paigc.org